



Revista **Agriculturas**

experiências em agroecologia



Infância e juventude no mundo rural



Agroecologia e juventude rural: uma relação de mútuo reforço

Com a ampla difusão de valores associados à modernização da agricultura nas instituições da sociedade, verdadeiros processos de erosão cultural vão se disseminando no mundo rural. Disso têm resultado rupturas nas formas tradicionais de produção e disseminação de conhecimentos para o manejo dos ecossistemas e nos mecanismos de sociabilidade em comunidades de produtores familiares. De tão avassaladora, a força ideológica dos mitos da modernidade influencia o imaginário dos próprios produtores familiares que, em muitas situações, passam a assumir uma percepção negativa de si mesmos e de seus modos de vida. Embora esse processo ocorra de forma generalizada nas comunidades rurais influenciadas pelo avanço das formas produtivas da Revolução Verde, é sobretudo nas novas gerações que ele exerce seu papel mais insidioso. Meios de comunicação de massa e sistemas educacionais inadequados difundem valores relacionados a um mundo cujas relações sociais são cada vez mais reguladas pelos mecanismos do mercado e cujo meio natural é percebido sobretudo por sua dimensão instrumental/utilitária. Com isso, padrões de produção e de consumo insustentáveis ganham prestígio entre jovens e crianças rurais.

Na contracorrente, culturas rurais vêm sendo revalorizadas por um número crescente de movimentos sociais e por experiências práticas no campo do ensino e do desenvolvimento, nas quais as novas gerações de agricultores e agricultoras procuram restaurar sua identidade, resituando-a num novo contexto de relações entre o rural e o urbano. Muitos desses movimentos e experiências encontram nas dinâmicas de inovação agroecológica estímulos para o exercício de práticas e vivências que buscam incorporar as tradições culturais e atribuir um sentido inovador à noção de modernidade. Com isso, novas perspectivas econômicas e socioculturais para a inserção no mundo rural vão sendo descortinadas pelas novas gerações de agricultores que se associam localmente em torno a projetos de promoção da agricultura ecológica. O avanço do enfoque agroecológico em meio às comunidades rurais muitas vezes tem contado com o papel decisivo das iniciativas de jovens em inovarem nas práticas de manejo dos agroecossistemas, de convívio social e de expressão política.

Este número da *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia* foca processos de promoção do desenvolvimento rural sob o prisma do envolvimento ativo de crianças e jovens nas dinâmicas sociais de inovação agroecológica.

O editor

ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas
experiências em agroecologia

V.2, Nº 1

(corresponde ao v. 20, nº 2 da Revista LEISA)

Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia é uma publicação da AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa em parceria com a Fundação ILEIA - Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.

AS-PTA

Rua Candelária, n.º 9, 6º andar.
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020
Telefone: 55(21) 2253-8317
Fax: 55(21) 2233-8363
<http://www.aspta.org.br>

Fundação ILEIA

P. O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
<http://www.ileia.org>

Conselho Editorial

Cláudia Calório

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Jean Marc von der Weid

AS-PTA

José Antônio Costabeber

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, RS

Marcelino Lima

Diaconia, PE

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase/RJ

Maria José Guazzelli

Centro Ecológico, RS

Miguel Ângelo da Silveira

Embrapa Meio Ambiente

Paulo Petersen

AS-PTA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen

Editor convidado para este número Naidison de Quintella Baptista

Produção Executiva Regina Hippolito

Pesquisa Regina Hippolito, Victor Perret, Fernanda A. Teixeira, Gustavo M. da Silva, Jurema Diniz

Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque e tradução Rosa L. Peralta

Revisão Gláucia Cruz

Fotos da capa Carlos Stein (Jovens assentados na Fazenda do Itapuá, RS); Aurílio Santos (Crianças brincando com sementes, NE); Michele Souza (Ciranda de crianças do Sertão); Anita Ingevall (Crianças nos Andes); Grupo Ecopedagogia (Contando histórias, MG).

Projeto gráfico e diagramação I Graficci

Impressão SRG

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que *Agriculturas: Experiências em Agroecologia* seja citada como fonte e que nos seja enviada uma cópia da publicação com o texto reproduzido.

Editor convidado *Naidison de Quintella Baptista*

pág. 4

Artigos



pág. 6



pág. 10



pág. 14



pág. 19



pág. 27



pág. 30

Juventude e agricultura ecológica no Rio Grande do Sul **pág. 6**

Pe. João Bosco Schio, Pe. Celso Cicconetto,
Luiz Carlos Scapinelli e Ricardo Barreto

**Educação ambiental na Serra do Brigadeiro:
qual é o espaço da criança?** **pág. 10**

Maria do Carmo Couto Teixeira

**Redescobrimo as raízes culturais: as crianças
e a biodiversidade nos Andes** **pág. 14**

Elena Pardo Castillo e Rocío Achahui Quenti

Crescendo no mundo REAL **pág. 19**

Andrew Bartlett e Marut Jatiket

**Projeto educacional para crianças e adolescentes
do campo: a experiência do MST** **pág. 24**

Rosana Fernandes

**Juventude e fortalecimento da agricultura familiar
no semi-árido da Bahia:** **pág. 27**

Emanuel Mendonça Sobrinho

**As crianças e as feiras de agrobiodiversidade:
uma vivência em Cuba** **pág. 30**

Francisco Dueñas Hurtado, Marta Álvarez Gil, Dagmara
Plana Ramos, Carlos Moya López, Humberto Ríos Labrada

A parcela agroflorestal das crianças em Madre de Dios **pág. 34**

Jorge Arnaiz Perales e Martha Torres

Publicações **pág. 37**

Páginas na internet **pág. 38**

Eventos **pág. 39**

Infância e juventude no mundo rural

Na sociedade capitalista de nossos dias, pouco se fala/trabalha/propugna no que concerne ao protagonismo infanto-juvenil. Constatata-se a existência de muitas ações e projetos pensados pelos adultos *para* os jovens. Poucos, no entanto, construídos e conduzidos por eles próprios, mesmo que assessorados por adultos. Isso se deve a alguns fatores:

a) de um lado, o fato de que, do ponto de vista econômico/produtivo – o que mais interessa ao capitalismo –, a criança e o jovem são considerados parcial ou totalmente improdutivo, como o são os doentes, os idosos;

b) de outro, porque aquilo que nós, os adultos, mais observamos nos jovens é a sua “imaturidade”, qualidade esta aliada à imprudência e outros qualificativos afins, cuja análise revela uma postura de desconfiança da sociedade em relação aos jovens e crianças;

c) de outro ainda, talvez em decorrência dos fatores já delineados acima, porque sempre enxergamos as crianças e os jovens como “a geração do futuro”, o “futuro da nação”. Não lhes reconhecemos, por conseguinte, o direito à palavra, à presença, a uma voz ativa, a participar nas definições de processos e políticas, nem mesmo quando lhes dizem diretamente respeito. Via de regra, seguimos à risca o famoso ditado “em assuntos de adultos crianças e jovens não metem o bico”, que os proíbe de se imiscuírem em questões que supostamente envolvem só os mais velhos. E, curiosamente, consideramos que a vida dos próprios jovens e crianças é um assunto apenas de adultos.

A escola lhes apresenta tudo pronto, conteúdos e metodologias de anos e anos atrás, mudando apenas técnicas e modos de apresentação, e lhes cobra a devolução, verbalisticamente, do que foi repassado, sob ameaça de reprovação; as famílias, por vezes, atuam no mesmo esquema, tendo dificuldades de assumir valores novos e valorizar a habilidade/criatividade e os sonhos das crianças e jovens; o mundo do trabalho os explora como mão-de-obra barata e sem direitos sociais, e não assimila seus anseios e pontos de vista de como construir uma sociedade mais justa e nem confia nas suas capacidades; os espaços representativos de construção de políticas não os incluem, reiterando a concepção de que são incapazes para isso e que têm o futuro pela frente para essa experiência. Devem, pois, aguardar.

Esse quadro poderia ser ampliado. Contudo, a dialética existente na história e na própria realidade nos aponta outros vieses em relação à infância e à juventude. E são esses outros vieses que nos interessa analisar neste número da *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, dedicado a refletir o papel das crianças e adolescentes no mundo rural, não apenas como aqueles que serão no futuro, mas como aqueles e aquelas que são, se modificam e serão, também no futuro, como todas as pessoas. Nosso enfoque, por conseguinte, é aquele no qual crianças e jovens são cidadãos, sujeitos de direito e têm uma palavra a pronunciar.

E o que se descortina?

Aparecem os jovens que se organizam em coletivos para debater seus problemas e conhecer sua realidade sob o ângulo bem concreto do protagonismo juvenil. E, a partir do debate, se descobrem, ora questionando as organizações da agricultura familiar a que seus pais pertencem ora querendo um lugar nelas ora buscando seus espaços na formulação da política nacional e regional,

preocupados com o recorte de juventude, mas integrados com outros atores. São os jovens que se descobrem atores políticos e exigem o respeito a esse direito.

Aparecem os jovens que, refletindo a prática da agricultura química, oriunda da Revolução Verde, destruidora da terra, dos mananciais e da própria vida daqueles que consomem seus produtos, descobrem a agroecologia, disputam até mesmo com suas famílias o direito de praticá-la nas propriedades familiares, tornam-se difusores entusiastas. Diríamos que fundamentam uma resistência que tem ajudado a agricultura familiar e agroecológica a firmar seu lugar na produção e na comercialização.

Aparecem os jovens e as crianças que, pesquisando e produzindo conhecimentos específicos sobre os problemas da realidade concreta das comunidades em que vivem, descobrem pistas de como gerar renda sem agredir a natureza, de como conservar e querer bem à terra de onde tiram seu sustento, de como questionar seus pais e comunidades a respeito da própria concepção de mundo e da agricultura que praticam, apontando práticas e processos diferentes.

Aparecem os jovens e crianças que, juntamente com seus professores, descobrem que a escola formal pode ter um outro papel na comunidade, qual seja aquele de produzir conhecimentos a partir da própria vida das pessoas e grupos que ali vivem, de introduzir transversalmente os conteúdos programáticos e de fazer da escola um instrumento do desenvolvimento sustentável da comunidade e da região. A partir desses processos as escolas se tornam propulsoras de práticas e lições de agroecologia que as crianças e jovens, gradativamente, retrabalham com suas famílias nas respectivas propriedades.

Aparecem os jovens que, em assentamentos da reforma agrária, se inserem em processos diferenciados de escola e aprendizagem, com seus professores e pais, e, na descoberta da agroecologia e biodiversidade, ajudam a viabilizar os assentamentos, em profundo respeito à natureza.

Desse modo, questionando, reinventando, assumindo responsabilidades na formulação e gestão de políticas, construindo conhecimentos importantes para a transformação da realidade e promoção da justiça, sem deixar de lado sua natural irreverência, seus arroubos, e colocando seu senso crítico e sua criatividade a serviço de um mundo mais justo, as crianças e jovens descobrem e ocupam seus espaços.

Ao menos três conclusões se impõem a partir do que foi aqui descrito e dos artigos e relatos de experiências que perpassarão as páginas desta edição.

Uma delas é que as crianças e jovens querem, podem e têm condições de participar. É urgente que nós, adultos, os ajudemos a conquistar esse direito e, assim, direcionar as ações que envolvem crianças e adolescentes para fora do âmbito do assistencialismo, com o qual a sociedade costuma atender aqueles que ela considera “improdutivos” e incapazes de dizer a própria palavra.

Outra é que eles não se constituem apenas na geração do futuro. Se for verdade que estarão mais presentes no futuro, é verdade, também, que têm muito a oferecer, hoje, à sociedade, com seu entusiasmo, irreverência, crítica e vontade de fazer acontecer.

Outra ainda é que essa geração de crianças e jovens tem mostrado que pode ser a semente de uma resistência sadia em relação a valores, de práticas saudáveis de tratar a terra, de amor à vida, de justiça e solidariedade.

Estas conclusões desafiam os governos e poderes públicos, desafiam especialmente os agricultores e agricultoras familiares e suas organizações representativas, na perspectiva de repensar suas práticas, seus espaços de reflexão e deliberação, considerando os jovens e crianças como protagonistas de processos.

Com esta edição, queremos contribuir com este debate.

**Naidison de Quintella Baptista:
coordenador do Movimento
de Organização Comunitária – MOC
naidison@moc.org.br*

Juventude e agricultura ecológica no Rio Grande do Sul

Pe. João Bosco Schio, Pe. Celso Cicconetto, Luiz Carlos Scapinelli e Ricardo Barreto*

artigos



Foto: Arquivo Centro Ecológico

Oficina de gênero e saúde popular

Adenominada modernização da agricultura se intensificou na região da serra do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir dos anos 1970. Embora tenha sido limitada no que se refere à mecanização das operações de manejo agrícola, gerou um crescente emprego de agroquímicos da agricultura, com a ampla adoção de adubos químicos, inseticidas, herbicidas e fungicidas. Esse processo aprofundou as distinções econômicas e sociais existentes entre as uni-

dades produtivas. As famílias que tiveram acesso ao mercado e às políticas públicas conseguiram se manter temporariamente como agricultores familiares. As demais foram excluídas, inclusive da própria terra. Esse processo de exclusão social tornou-se ainda mais visível nos anos 1980, com o agravamento da crise econômica. Foi nesse contexto, e com a preocupação de gerar uma proposta que pudesse viabilizar a agricultura familiar, que começou o trabalho da Pastoral da Terra na região.

Durante a segunda metade dos anos 1970 e primeira parte dos anos 1980, a Pastoral orientou suas ações no sentido de conscientizar agricultores e agricultoras a respeito das causas de sua situação de pobreza e exploração. Incentivou a realização de experiências práticas que abrangiam desde mudanças de hábitos de higiene e de alimentação até a diversificação de culturas e estratégias de comercialização. Apesar do êxito dessas experiências, os agricultores continuavam sentindo a necessidade de avançar em outros assuntos, entre eles o preço pago pelos seus produtos, os processos de degradação dos solos, o aumento de pragas e doenças nas lavouras e, sobretudo, as intoxicações das famílias com os venenos.

Percebeu-se que os jovens eram os que mais tomavam consciência e se sentiam cada vez mais insatisfeitos com a degradação ambiental e com a saúde das famílias.

O início de uma parceria para a promoção da agricultura ecológica

No ano de 1985, foi criado o Projeto Vacaria no município de Ipê (RS), atualmente denominado Centro Ecológico, com o objetivo de demonstrar a viabilidade técnica e econômica da agricultura ecológica, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e justiça social. Após três anos de experimentação e prática, em uma propriedade de 70 hectares, os técnicos vinculados ao projeto buscaram uma maior inserção na comunidade. Nesse momento, por volta do ano de 1987, ocorreu a aproximação entre a Pastoral e o Centro Ecológico e se iniciou um trabalho de difusão da proposta da agricultura ecológica junto aos agricultores familiares da região. O interesse em trabalhar esse novo modelo veio majoritariamente dos jovens que participavam da Pastoral.

No entanto, essa primeira fase de engajamento por parte dos jovens passou por alguns obstáculos, entre eles o de convencer os pais a desenvolverem experiências em suas propriedades. Houve casos em que jovens fugiram de casa, condicionando o retorno à permissão de cultivarem uma área de forma agroecológica. É preciso lembrar que ainda não se conheciam referências práticas consolidadas em agricultura ecológica, mas os jovens estavam dispostos a serem também eles experimentadores desse novo caminho para a agricultura.

As primeiras reflexões

A agricultura ecológica surgiu como uma forma de concretizar os anseios político-ideológicos que a Pastoral vinha trabalhando há tempo. Até esse momento, havia apenas técnicas que atendiam de forma parcial a necessidade dos sistemas de produção da região, formados basicamente pelo cultivo de olerícolas e frutas.

A disposição inicial dessas pessoas por mudanças gerou novas tecnologias de produção e a construção

No ano de 1985, surgiu o Projeto Vacaria no município de Ipê (RS), atualmente denominado Centro Ecológico, com o objetivo de demonstrar a viabilidade técnica e econômica da agricultura ecológica, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e justiça social.

de canais alternativos de comercialização, o que exigiu dos jovens um tanto de perseverança, já que no começo o que se produzia e comercializava em uma feira, em Porto Alegre, não pagava nem o custo da viagem.

O interessante desse processo em relação à comercialização é a construção de uma nova relação com os consumidores. A declaração de um jovem, no início do trabalho com agricultura ecológica, é bastante esclarecedora:

Antes vendíamos para os atravessadores. Mesmo que o produto tivesse qualidade eles só falavam dos defeitos do produto para pagar menos. Na feira ecológica a relação é outra. O consumidor agradece porque estamos cuidando do meio ambiente e levando um alimento saudável para a família dele.

Foto: Arquivo Centro Ecológico



Oficina de comunicação e expressão

O processo de criação de canais diretos de comercialização possibilitou o resgate do que significa ser agricultor por parte desses jovens. Em vez de destruir o meio ambiente, agora estavam fazendo um trabalho de preservação e promoção da saúde das pessoas. Esse fato gerou uma transformação na auto-estima deles, criando uma nova forma de se ver como jovem no meio rural.

Assim, a agricultura ecológica constituiu-se, desde aquela época, na principal estratégia de trabalho com a juventude rural na região.

Numa primeira fase, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado (AECIA), que serviu de referência para a formação de outras associações. Em Ipê, foram criadas posteriormente mais sete associações, cujas principais lideranças articuladoras da organização e constituição eram membros da Pastoral da Juventude.

Esse processo de expansão da agroecologia ocorreu, também por meio da Pastoral, na região do litoral norte do Rio Grande do Sul, nos municípios de Torres, Três Cachoeiras, Mampituba, Morrinhos do Sul e Dom Pedro de Alcântara – região de agricultura familiar onde os principais cultivos são o arroz, a banana e as olerícolas. Lá também observou-se que a maioria das pessoas que aderiam à agricultura ecológica era composta por jovens filhos de agricultores.

A quantidade de agricultores, sobretudo jovens, que ainda hoje abandona o meio rural continua a ser extremamente alta. O esvaziamento e envelhecimento das comunidades rurais, a falta de mão-de-obra nas unidades produtivas e a desvalorização tanto econômica quanto social do trabalho com a agricultura apresentam-se como limitações, não apenas para os agricultores convencionais, mas também para aqueles empenhados na transição rumo a uma agricultura ecológica. Um estudo feito nos municípios de Ipê e Antônio Prado, nos anos de 1999 e 2000, demonstrou que a idade média dos agricultores ecológicos era significativamente menor do que a dos agricultores convencionais. (Schmitt, 2001)

Constatamos que os jovens buscam alternativas para a permanência no meio rural desde que seja valorizado tanto o retorno econômico quanto o seu papel pelo trabalho que desenvolvem em suas comunidades. É nesse sentido que a agricultura ecológica tem dado a sua contribuição, porque concilia rendimento econômico com preservação ambiental e produção de alimentos saudáveis.

Vale ressaltar outro aspecto do trabalho com agricultura ecológica e que se configura um retorno importante para os jovens: a inserção destes em uma nova “rede de comunicação”, envolvendo novas relações que se estabelecem nos cursos, nas viagens de intercâmbio, no recebimento de visitas, no contato com diversos públicos na ocasião das feiras.

A agricultura ecológica também tem se mostrado capaz de proporcionar a diminuição dos custos de produção. A mudança da base tecnológica da agricultura no espaço das unidades produtivas, juntamente com sua inserção em canais alternativos de comercialização, particularmente por meio da venda direta nas feiras, tem propiciado, de forma geral, a melhoria da renda das famílias e uma melhor distribuição de ingressos monetários ao longo do ano, ampliando a capacidade de investimento na atividade agrícola.

Vale ressaltar outro aspecto do trabalho com agricultura ecológica e que se configura um retorno importante para os jovens: a inserção destes em uma nova “rede de comunicação”, envolvendo novas relações que se estabelecem nos cursos, nas viagens de intercâmbio, no recebimento de visitas, no contato com diversos públicos na ocasião das feiras. Além de ampliar horizontes por meio do diálogo com potenciais parceiros, essa nova dinâmica cumpre também um papel desmistificador do urbano, já que

Encontro de jovens



Foto: Arquivo Centro Ecológico

muitos desses espaços de intercâmbio envolvem relações com a cidade ou com pessoas de origem urbana.

O que estamos pensando hoje

Atualmente, após 17 anos dessa fase inicial de expansão da proposta da agricultura ecológica, tanto a Pastoral quanto o Centro Ecológico fazem uma avaliação da necessidade de reforçar o trabalho com a juventude rural. Sabemos que a agricultura ecológica é uma opção consistente para a permanência dos jovens no meio rural, proporcionando-lhes qualidade de vida. Mas entendemos que as demandas dos jovens são mais amplas. Faz-se necessário também trabalhar a identidade, promover a auto-estima e viabilizar as condições básicas atualmente requeridas pela juventude rural no que diz respeito à educação, saúde e lazer.

É para dar conta dessas perspectivas mais amplas que desenvolvemos atividades mais coordenadas, em apoio às de formação realizadas pela Pastoral da Juventude, a fim de criar um trabalho com a segunda geração de agricultores ecologistas. A idéia é fazer uma reflexão com esses jovens sobre os limites presentes em relação à agricultura como um todo e à ecológica em particular, visando a construção de alternativas que possam viabilizar a manutenção dos jovens, com qualidade de vida, no meio rural.

A principal estratégia que temos adotado para proporcionar a esses jovens melhores condições para pensar em sua condição atual no meio rural consiste em uma série de atividades de formação, compreendendo cursos, oficinas e retiros. Essas atividades possibilitam a reunião desses jovens, que se encontram bastante dispersos no meio rural, criando momentos ricos para a troca de experiências e a elaboração de propostas coletivas para a juventude, além do fortalecimento individual de cada jovem participante.

Entre as atividades desenvolvidas, está o encontro realizado em setembro de 2004 no Ipê, no qual estiveram presentes cerca de 150 pessoas, entre jovens e agricultores ecologistas. Esse evento significou a unifica-

ção de todas as atividades desenvolvidas durante o ano na serra gaúcha. Com o propósito de debater a condição da juventude e as alternativas existentes, o encontro contou com painéis abordando temas mais abrangentes como políticas públicas para a juventude, o contexto da agricultura familiar e desafios atuais para a juventude. Contou também com oficinas para capacitar os jovens para o trabalho em suas comunidades, tendo como principal encaminhamento ações de reforço às suas organizações locais.

Concluindo: pensamos que é necessário fortalecer a organização dos jovens no meio rural para que, com a sua participação, sejam elaboradas as políticas necessárias para viabilizar a sua permanência no local de origem com qualidade de vida, ou seja, com melhores condições de educação, saúde, acesso à terra, renda e lazer.



Foto: Arquivo Centro Ecológico

Oficina de educação ambiental

***Pe. João Bosco Schio:** Pastoral da Terra
Pe. Celso Cicconetto: Pastoral da Terra
Luiz Carlos Scapinelli: Pastoral da Juventude e membro da Associação de Agricultores Ecologistas Pereira Lima, Ipê-RS.
Ricardo Barreto: membro da equipe técnica do Centro Ecológico.
c.ecologico@terra.com.br

Sabemos que a agricultura ecológica é uma opção consistente para a permanência dos jovens no meio rural, proporcionando-lhes qualidade de vida. Mas entendemos que as demandas dos jovens são mais amplas.

Referências:

SCHMITT, C.J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*. (tese de doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.



Crianças em atividade de educação ambiental

Educação ambiental na Serra do Brigadeiro: qual é o espaço da criança?

Maria do Carmo Couto Teixeira*

*Porque é de infância, Leonardo,
que o mundo tem precisão.*

Thiago de Mello

A discussão sobre a importância do protagonismo infanto-juvenil tem como base o questionamento do espaço e do tempo da criança no modelo de desenvolvimento capitalista, industrial e urbano. Nas socieda-

des pré-industriais, não existiam espaços reservados às crianças. A socialização se dava no conjunto das práticas sociais, tanto de trabalho quanto de lazer, vividas por todos, em conjunto. Com a modernidade, a criança se tornou econômica, social e politicamente marginalizada das vivências sociais, assim como o velho, o doente, o artista, a mu-

lher e o adolescente, que não contam, por serem considerados parcial ou totalmente improdutivos. A atenção dada à criança na sociedade (escola, família e políticas públicas) se resume a atendimentos assistencialistas, ocupando apenas um lugar como preocupação dos adultos e do sistema, no sentido de estar em preparação, de ser receptora dos valores e comportamentos dominantes, de ser imatura, de ser um organismo em formação (REDIN, 2000).

As organizações, entidades e movimentos sociais que atuam no contexto da agricultura familiar têm reconhecido os agricultores e agricultoras como atores sociais importantes na promoção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. No entanto, é raro e ainda recente o reconhecimento da importância da participação das crianças em projetos de desenvolvimento socioambiental. Não se tem uma clareza sobre que contribuição a criança pode dar para o processo de transformação que se almeja e como possibilitar a sua inserção.

Este artigo busca contribuir para a reflexão acerca da necessidade de se incluir a criança como uma categoria social nos planejamentos e ações voltados para o desenvolvimento socioambiental. Relacionando teoria e prática, apresentamos uma experiência no campo da ecopedagogia, cujo foco central é a infância e o meio ambiente: *Educação ambiental em escolas do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Pesb), do município de Araponga, Minas Gerais*. Essa experiência, coordenada pelo grupo de ecopedagogia da Universidade Federal de Viçosa, foi desenvolvida, em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), com a prefeitura e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, em 11 escolas municipais de ensino fundamental, envolvendo 46 professores e aproximadamente 350 crianças na faixa dos 7 aos 11 anos de idade.

A experiência desenvolvida: princípios, metodologia, atores

O Pesb foi criado em 1996 a partir de um inovador processo de mobilização social, capitaneado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pelo CTA. Atualmente, está se estruturando um programa de desenvolvi-

to territorial no entorno dessa unidade de conservação, que envolve um coletivo de entidades e políticas públicas para apoiar demandas locais das mais variadas ordens, dentre elas a educação ambiental (EA).

Esse trabalho de EA ao redor do Pesb teve início em 1999, no município de Fervedouro (MG), e continuou no período de 2000 a 2003, em Araponga. Buscamos integrar educação formal e não-formal, de modo que a educação escolar pudesse fazer parte de um movimento ainda maior de educação ambiental, articulada com a problemática do Parque e seu entorno e envolvendo questões gerais ligadas à agroecologia e ao desenvolvimento sustentável regional. Assim, procuramos identificar, junto às crianças, familiares, educadoras e lideranças das comunidades, práticas agroecológicas e culturais, relevantes e possíveis de serem trabalhadas nas escolas, possibilitando a socialização das alternativas que as famílias estão encontrando no enfrentamento dos problemas socioambientais. Para isso, em algumas vezes, os(as) agricultores(as) foram às escolas para relatar suas experiências e trocar conhecimentos.

Dentre as metodologias utilizadas em EA, destacamos nessa experiência a pedagogia de projetos, surgida a partir do movimento conhecido como Escola Nova, inspirado em educadores como John Dewey e Célestin Freinet. Segundo essa abordagem, o ponto de partida de todo e qualquer trabalho com projeto pedagógico é a identificação de um problema que constituirá o tema do estudo ou objeto de intervenção (pode ser feito um paralelo com os temas geradores de Paulo Freire). O problema deve ser atual, concreto, de preferência ligado à realidade mais próxima dos participantes, deve também ser do interesse destes, ou seja, necessita ter sentido e significado e promover a interdisciplinaridade.



Foto: Grupo ecopedagogia

Rua de lazer na praça de Araponga (MG) com crianças de três escolas do entorno do Pesb

Os projetos, desenvolvidos por meio de oficinas ecopedagógicas na perspectiva da ação-reflexão-ação, se diferenciaram nos temas e nas dinâmicas, em função das diferentes realidades e necessidades. As oficinas tinham o lúdico como referência, e este, embora seja um elemento significativo nas vivências culturais, vem se dicotomizando cada vez mais das experiências infantis, principalmente no tocante ao universo psicossocial da criança proveniente do meio economicamente desfavorecido.

O meio ambiente foi abordado em diferentes contextos, considerando as inter-relações possíveis entre as temáticas ambientais e os conteúdos escolares. A abordagem interdisciplinar possibilitou incluir os vários olhares sobre as questões propostas. Seguindo essa sistemática, alguns temas desenvolvidos nas escolas foram: fauna e flora local, histórias das comunidades, lixo, alimentação, solos (erosão e degradação), plantas medicinais, corpo humano, animais em extinção, espaços vividos (escola, comunidade e Pesb), criação de abelhas, árvore, água, brinquedos e brincadeiras, índios, negros, café, agricultura, história da ocupação da região, milho, folclore, hortas, quintais.

A maior parte dos temas foi desenvolvida através de “estudos do meio”: a partir da observação, comparação, identificação de semelhanças e diferenças, mudanças e permanências, e utilizando os sentidos e os conhecimentos empíricos, vivenciamos diversas atividades em ambientes diversificados.

Nos arredores das escolas, verificamos o estado de conservação das águas (nascentes, córregos, lagos, cachoeiras) e das matas; observamos o ambiente, enfocando o lixo; observamos e coletamos diferentes perfis de solo; observamos as casas e construções, os lugares mais importantes nas comunidades do ponto de vista das crianças, e os elementos do ambiente (lavouras, pontes, estradas, relevo etc.). Nas propriedades dos(as) agricultores(as), pais e mães das crianças, reconhecemos experiências agroecológicas com plantas medicinais; utilização de urina de vaca como biofertilizante; um alambique e uma olaria como atividades produtivas nas comunidades. No Parque e em outras regiões de floresta, entramos em contato com a mata preservada, fizemos caminhadas, natação, assistimos filmes sobre temas ecológicos e realizamos jogos e brincadeiras. Na sede do município, reconhecemos e refletimos sobre o espaço urbano. Em todos esses espaços e momentos procuramos estabelecer comparações entre “a vida na mata e a vida no entorno da mata”.

Antes de sairmos das escolas, discutíamos com as crianças o que iríamos fazer, levantando uma série de questões a serem observadas. Na volta, eram feitas uma avaliação em grupo e a sistematização das aprendizagens e descobertas.

Outras atividades pontuais foram desenvolvidas, tais como gincanas ecológicas em ruas de lazer, encerrando períodos letivos com brincadeiras cantadas, jogos tradicionais, populares e cooperativos, apresentação de quadrilhas pelas crianças, desafios e repentes, além de exposição de trabalhos e fotografias, buscando integrar as diferentes escolas do município e os diferentes atores sociais envolvidos no conjunto da parceria.

Lições e aprendizagens

Esse trabalho reforçou a nossa percepção de que as crianças, quando estimuladas e valorizadas, sentem prazer em participar e interagir com os adultos: *A gente gosta do pessoal de Viçosa, porque eles gostam de tudo que a gente faz.* A presença e a participação nas oficinas, os desenhos e pinturas, a confecção de painéis e brinquedos, os debates, a construção de maquetes e mapas reproduzindo o ambiente percebido, as músicas, as histórias contadas e recontadas, as dramatizações, os textos produzidos, as falas, as observações e os exemplos dados, as posturas diante do grupo e, ainda, os depoimentos de alguns familiares e professores sobre situações nas quais as crianças se afirmaram como sujeitos, são indicadores do interesse e da capacidade das crianças de conhecer, representar e transformar o seu meio. Os níveis de conhecimento, de representação e de percepção do ambiente vivido são diversificados. Também foram variadas as opiniões sobre o que gostavam, o que não gostavam, como gostariam que fossem – a escola, a casa, a comunidade, o

Foto: Grupo ecopedagogia



Contações de histórias ao ar livre: atividade com crianças da escola da comunidade Serra das Cabeças (Araponga)

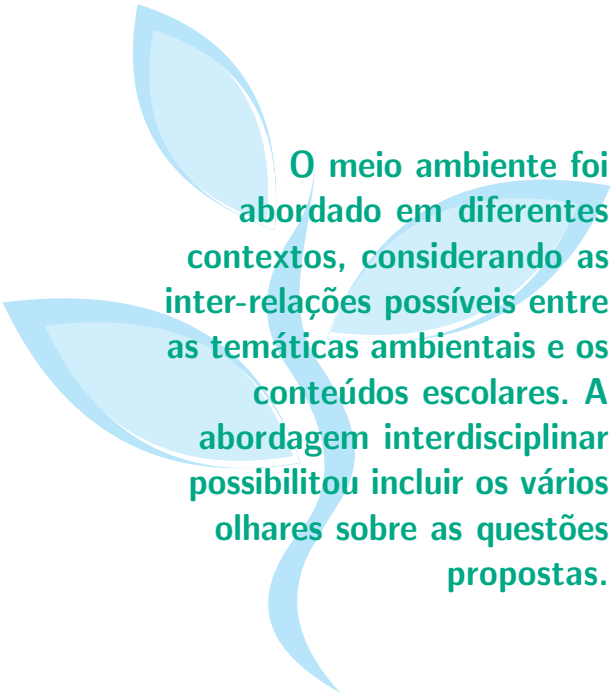
município, a região, a mata, o planeta Terra –, bem como as propostas de práticas envolvendo o cuidado com o ambiente nas suas várias dimensões. Isso significa que as crianças têm sensibilidade para apontar os problemas socioambientais vinculados a sua realidade mais próxima e capacidade para propor soluções criativas.

Por outro lado, o trabalho também mostrou que algumas organizações e entidades envolvidas ainda não se sensibilizaram para a importância da participação infanto-juvenil, e as que já estão sensíveis têm encontrado dificuldades em definir e implementar estratégias para que as crianças sejam inseridas no processo de planejamento das ações dos projetos de desenvolvimento socioambiental. Essa dificuldade envolve questões culturais complexas e a sua solução pressupõe uma transformação profunda nos modos de perceber a criança, o jovem e o adulto, não mais de forma fragmentada, mas numa perspectiva relacional.

No contexto da agricultura familiar, as crianças ocupam um lugar significativo no processo produtivo, envolvendo-se em variados tipos de trabalho agrícola e não-agrícola. E nas outras vivências socioculturais, qual é o espaço que a criança ocupa? Como ela é vista e como ela vê a sua realidade?

É necessário repensar o espaço psicossocial da criança na cultura brasileira hoje. Não significa ter que optar entre o que a criança representava na sociedade pré-capitalista e o que ela representa na modernidade, mas sim indagar sobre quais seriam as relações entre os olhares do passado e as nossas próprias visões de mundo e de educação infantil no cotidiano contemporâneo. É preciso descobrir o valor de uma perspectiva histórica sobre a criança para se construir uma outra visão de infância. Nesse sentido, as organizações e os movimentos sociais que visam a transformação do modelo de desenvolvimento têm um papel fundamental na defesa de um novo espaço conquistado para a criança dentro da sociedade.

Entendendo que a lógica da acumulação capitalista preside hoje os processos de desenvolvimento, afirma-se a necessidade de novos conceitos e de novos valores que obriguem a elaborar instrumentos mais adequados para a construção da sociedade sustentável. A abordagem interdisciplinar pode favorecer a inclusão das crianças como atores sociais nos processos de desenvolvimento, mas isso requer a construção de conhecimentos sobre a especificidade da infância no mundo rural (e em sua relação com o mundo urbano) e sobre metodologias que permitam captar, interpretar e dialogar com as contribuições das crianças.



O meio ambiente foi abordado em diferentes contextos, considerando as inter-relações possíveis entre as temáticas ambientais e os conteúdos escolares. A abordagem interdisciplinar possibilitou incluir os vários olhares sobre as questões propostas.

A concepção de criança presente nessa abordagem deve ser: *Ela é alguém hoje, em sua casa, na rua, no trabalho, na escola, construindo-se a partir das relações que estabelece em cada uma dessas instâncias ou em todas elas. Geradas por homens e mulheres que pertencem a classes sociais, têm e produzem laços étnicos e perspectivas diversas segundo seu sexo: as crianças já nascem com uma história. Assim, elas se fazem na cultura, pertencem a uma classe social e vão se fazendo, nessa história, cidadãos de pouca idade que são, muito mais do que exemplos de fases de uma escala de desenvolvimento.* (KRAMER, 1992).

Estamos nós, adultos, propiciando o protagonismo das crianças nos processos de desenvolvimento socioambientais que procuramos empreender?

**Maria do Carmo Couto Teixeira: pedagoga, mestre em extensão rural, professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. mcouto@ufv.br*

Referências:

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz R. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 1999. (Guia da escola cidadã)

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1992.

REDIN, E. *O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca*. Porto Alegre: Mediação, 1998.



As crianças, cheias de orgulho, mostram sua terra para o cultivo de batatas atrás da escola

Redescobrimo as raízes culturais: as crianças e a biodiversidade nos Andes

Elena Pardo Castillo
Rocío Achahui Quenti*

As comunidades rurais da região de Cuzco, nos Andes peruanos, têm uma percepção apurada da relação existente entre as pessoas e a natureza ao seu redor. A maior parte dessas comunidades é descendente dos quéchuas e dos aimaras, base étnica da sofisticada civilização inca, que prosperava na região antes da conquista espanhola. Sua lín-

gua e cultura revelam um enfoque de proteção e cuidado com a terra, a «pachamama», e com a vida dos animais e das plantas que ela comporta. Uma grande responsabilidade é outorgada ao ser humano na utilização e proteção dessa vasta diversidade biológica por meio de um trato carinhoso e cuidadoso. As práticas da agricultura local têm refletido, por séculos, esses princípios.

Infância e Biodiversidade nos Andes do Peru é um projeto que busca assegurar que esses valores não sejam perdidos, já que os pequenos agricultores se encontram sob crescente pressão para se modernizar e tentar trabalhar com a agricultura e a criação de gado dentro de um contexto econômico cada vez mais dominado pelo poder do mercado. O respeito e a compreensão dos valores, das habilidades e do conhecimento, desenvolvidos através de gerações, correm perigo de se perder, e essas pessoas estão sendo cada vez mais afastadas de sua cultura e valores tradicionais. Esse processo começa ainda na infância, quando as crianças entram no sistema de educação formal e ficam expostas aos conhecimentos e valores derivados de uma visão unidimensional, economicista e exploratória dos recursos naturais.

Como professores envolvidos com o projeto *Infância e Biodiversidade nos Andes do Peru*, temos alertado para a maneira como as idéias e as práticas ensinadas por nossos pais e avós freqüentemente entram em contradição com os objetivos e atitudes presentes no sistema escolar atual. Nesse, os livros descrevem a vida urbana, as atrações e os modelos que ignoram ou desvalorizam os princípios sobre os quais se fundamenta a agricultura familiar. Dessa forma, as crianças são privadas de uma importante parte de sua identidade. Além disso, a negligência em relação ao conhecimento local torna cada vez mais difícil manter o entendimento sobre a riqueza da biodiversidade, no qual estão baseados as práticas agrícolas e de pastoreio.


O Ministério de Educação do Peru detectou a importância de educar as crianças em suas línguas nativas e formou a Direção Nacional de Educação Bilíngüe Intercultural (Dinebi), que apóia o ensino em línguas indígenas nas escolas primárias. Não obstante, consideramos insuficiente a iniciativa, já que a cultura escolar e o conteúdo do currículo oficial oferecem muito pouco para superar a lacuna entre a realidade das crianças na escola e a vida cotidiana. Traduzir do espanhol para as línguas nativas os conteúdos dos textos utilizados pelas crianças não é suficiente para assegurar que o conhecimento coletivo seja transmitido de geração para geração e inserido nas práticas sociais, econômicas e culturais de nossas comunidades. Mas nem tudo está perdido, ainda é possível que esse conhecimento possa ser elaborado e integrado ao currículo oficial.

O conteúdo do sistema de educação formal distancia nossas comunidades das raízes culturais e compromete sua capacidade de reproduzir seus conhecimentos para o uso das futuras gerações. Nosso objetivo essencial no projeto *Infância e Biodiversidade* é criar um maior equilíbrio no currículo escolar e contestar a imagem dominante do agricultor como um analfabeto, que só sabe “coçar a terra” e que nunca será capaz de se incorporar ao mundo. A falta de respeito pelos valores ancestrais no sistema escolar faz com que o conhecimento adquirido pelas crianças desde muito cedo, ao participarem das atividades domésticas e

comunitárias, seja praticamente ignorado. O que as crianças aprendem em casa, ao ajudar na horta familiar, é muito bem descrito pelo sr. Benigno Araos, membro da comunidade de Chachapoyas, distrito de Checacupe:

As crianças nos ajudam muito em casa e na horta, com carinho e respeito. Elas recolhem os grãos e as batatinhas que ficam na terra depois da colheita, assim como outras plantas e frutos que encontram em seu caminho. Ensina-mos a elas o respeito ao alimento. Ensinamos a não jogar comida fora. À medida que nossas crianças vão crescendo, damos a elas pequenas ferramentas para que possam ajudar a cultivar a terra.

Quando nos damos conta que esse conhecimento cultural, de grande sabedoria, riqueza espiritual e energia emocional, poderia se perder, o projeto *Infância e Biodiversidade* se dispôs a mantê-lo vivo e relevante para a comunidade e para cada um de seus membros. Queremos assegurar que seja fortalecido e se desenvolva em nossas escolas. Para conseguir isso, os professores comprometidos com o projeto estão trabalhando para ampliar e aprofundar o currículo oficial na escola. Isso só foi possível porque o Estado peruano, em sua tentativa de melhorar a qualidade da educação, formulou o currículo escolar oficial de maneira que possa ser adaptado aos contextos e demandas locais. No entanto, diversos fatores, como as atitudes e os preconceitos da grande maioria de docentes e os materiais por eles selecionados, levam-nos a crer que, na prática, pouco ou nada tem sido feito para diversificar e incorporar os saberes locais ao currículo oficial.



O conteúdo do sistema de educação formal distancia nossas comunidades das raízes culturais e compromete sua capacidade de reproduzir seus conhecimentos para o uso das futuras gerações.

Infância e Biodiversidade enfatiza que somente incluir o ensino das línguas nativas no currículo não é suficiente. Temos que reconhecer também as realidades, os valores e a cultura expressados nessas línguas. Como professores, sentimos que estávamos oferecendo uma educação bilíngüe devido à pressão exercida pelas autoridades educacionais, e não por ver nela uma forma de transmitir a cultura andina – sua poesia, arte, música –, e as habilidades e sensibilidades de suas tradições agrícolas e medicinais.

Portanto propusemos uma escola com um modelo diferente, desenvolvida em concordância com nossa cultura e línguas e que incorporasse o conhecimento local no currículo. Uma escola que respeitasse o conhecimento das crianças e dos membros da comunidade, onde os professores fossem preparados para assumir o papel de mediadores culturais. Para concretizar isso, pensamos ser necessário envolver os pais e membros da comunidade no processo educativo, gerando também as oportunidades para reconectar as crianças com o conhecimento presente em suas comunidades. Assim, elas poderiam aprender muito sobre a agricultura local e a grande biodiversidade que as têm sustentado por gerações.

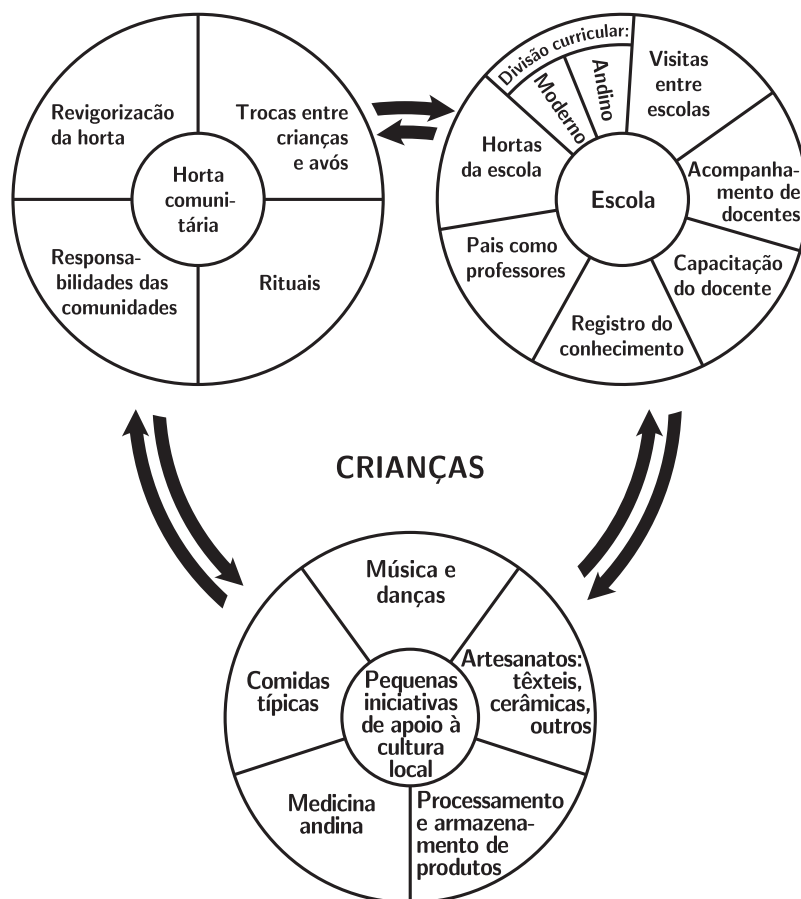
Nós, professores envolvidos com o projeto, acreditamos ser importante falar em sua língua materna com os meninos e meninas que iniciam a vida escolar, para garantir o processo de estruturação de seu pensamento, sua forma de ver o mundo, sua eficiência, sua auto-estima e capacidade de se expressar em sua própria língua. Durante nossa infância, éramos parte de uma comunidade em que nossos avós nos ensinaram a viver em concordância com seus valores. No entanto, o sistema educativo nos desarraigou pouco a pouco, foram introduzidos preconceitos e, paulatinamente, aprendemos a rechaçar nossa língua e nossa cultura. No programa *Infância e Biodiversidade* começamos a refletir sobre a nossa infância e a valorizar as experiências da mais tenra idade, não só para nós mesmos, como também para nossa sociedade. Sentimos que podemos contribuir para manter a riqueza de nossas tradições culturais, estimulando o respeito e a compreensão da biodiversidade que a sustenta.

Acreditamos que devemos continuar enfocando a educação de maneira estratégica. Queremos assegurar que as crianças dominem sua língua materna, assim como a cultura e o conhecimento indígena que ela expressa. Ao mesmo tempo, devem também ter um bom domínio do espanhol para que possam desempenhar um papel ativo na sociedade peruana atual. Cuidamos para garantir que a escola esteja sempre receptiva ao conhecimento local das crianças, e para que exista um equilíbrio entre o conhecimento tradicional e o moderno. Nesse processo, a criança está no centro de todas as atividades (ver figura).

Uma escola diferente

Tratando de implementar nossa visão de escola diferente, propusemos uma *escola azeitada*, de acordo com a nossa cultura:

- que respeite a sabedoria das crianças e dos idosos da comunidade;
- que incorpore o saber local no currículo, representando 50%, sendo os outros 50% destinados ao ensino do conhecimento científico moderno;
- que o docente esteja receptivo ao saber dos meninos e meninas;
- que o docente assuma o papel de mediador cultural;
- que os pais participem nos processos de aprendizagem dos meninos e meninas;
- que as crianças e pais regenerem a diversidade;
- que sejam recuperados os espaços de re-aprendizagem entre as crianças, jovens, pais e mães sobre os aspectos da cultura andina, por meio do respeito à sabedoria da comunidade.





A escola Nº 56101 na comunidade de Karhui, província de Canchis, Cuzco

O intercâmbio de experiências entre as famílias, as comunidades e as escolas é fundamental para a implementação do projeto. As visitas feitas às escolas de diferentes comunidades proporcionam às crianças a oportunidade de uma aprendizagem mútua e também a de reunir avós, pais, mães, jovens e professores. Durante a visita às hortas, escolas e sítios arqueológicos, as experiências são descritas e comparadas, havendo freqüentemente o intercâmbio de alimentos ou sementes. Reconhecemos que a horta é um lugar de encontro, onde o conhecimento é transmitido de geração para geração. Esse conhecimento faz parte das atividades associadas aos rituais religiosos, às práticas inovadoras, às tarefas tradicionalmente designadas às crianças e às feiras de diversidade de sementes e alimentos, assim como da reflexão e intercâmbio de experiências entre os membros da família.

Capacitando os professores

As atitudes e os preconceitos dos professores são um sério obstáculo para estabelecer *escolas aprazíveis* que incorporem o saber local. Por isso, o projeto *Infância e Biodiversidade* tem um componente que propicia novas e criativas relações dentro da escola. Estamos trabalhando no sentido de dar apoio e abertu-

ra aos jovens, o que nos ajuda a planejar a educação pelos conhecimentos que as crianças trazem de seus lares. Isso pode ser difícil, pois muitos professores têm pouco respeito pelo conhecimento tradicional, vendo-o como menos importante que o “moderno”.

Nós tentamos fazer com que os professores entendam e apoiem o conhecimento agrícola das comunidades, para que se estabeleça um ambiente intercultural na escola. Essa capacitação oferece oportunidades para a reflexão e a aprendizagem. Trabalhamos juntos para encontrar a melhor forma de facilitar o intercâmbio de conhecimentos entre as crianças e seus pais, desenvolver um currículo para o ensino do conhecimento local nas aulas, assim como preparar material didático, como calendários de rituais agro-astronômicos e folhetos baseados no conhecimento das crianças. Realizamos também visitas a centros de rituais e aprendemos sobre a estrutura tradicional da autoridade e de práticas como o *ayni* (ajuda recíproca). Tratamos também de assegurar que os professores entendam sua própria cultura e que se disponham a convidar as pessoas da comunidade a compartilhar seus conhecimentos. Uma vez ao mês, há oficinas para discutir e refletir sobre nosso trabalho.

Na escola, fazemos com que as crianças participem das atividades práticas. Cada escola tem sua pró-

pria horta, onde os jovens cultivam grande diversidade de espécies. Eles também realizam pequenos projetos culturais e trabalham com tecidos, cerâmica, música, dança e preparação de comidas. Durante essas atividades, os avós e os pais assumem com frequência o papel de professor oficial da escola. Já o professor inverte seu papel, participando como mais um aluno.

Regularmente, fazemos visitas às famílias de nossos alunos e participamos das atividades agrícolas de suas comunidades. Organizamos reuniões mensais para elaborar o material de ensino e avaliar as atividades da escola. Analisamos também nossas ações, para comprovar se estas realmente apóiam a cultura local e contribuem para seu desenvolvimento, reconhecendo a pluralidade de tradições e propiciando uma aproximação equilibrada entre a “modernidade” e as tradições andinas. Chegamos à conclusão de que nossas atividades têm mudado as atitudes dos professores. Durante as visitas locais de intercâmbio, todos os participantes se comunicam, fazem amizades e trocam conhecimentos, enquanto redescobrimos, aprendemos e lembramos o que nossos avós faziam.

Resultados

Até agora, os resultados têm sido promissores. O papel das crianças na recuperação da biodiversidade é bem visível, tanto nos cultivos da escola quanto na horta

Cada escola tem sua própria horta, onde os jovens cultivam grande diversidade de espécies. Eles também realizam pequenos projetos culturais e trabalham com tecidos, cerâmica, música, dança e preparação de comidas. Durante essas atividades, os avós e os pais assumem com frequência o papel de professor oficial da escola. Já o professor, inverte seu papel, participando como mais um aluno.

familiar. Os pais estão orgulhosos por terem sido convidados a participar como professores pelas escolas, e cada vez mais nos pedem para realizar cursos sobre a vida rural e a urbana. Eles concordam com o nosso enfoque, porque estimula em seus filhos o respeito ao conhecimento tradicional, à cultura e à maneira de viver dos pais. Os professores – tanto homens quanto mulheres – têm reorientado sua prática profissional. Muitos deles tinham cortado seus laços com a própria cultura e agora percebem que este projeto lhes permitiu redescobrir e dar valor às suas raízes.

As crianças andinas têm uma visão própria do mundo e do cosmos, e esta percepção faz parte de sua identidade. Nossa próxima meta como professores será obter uma melhor compreensão do processo de aprendizagem que melhor se adequa a uma criança criada na cultura andina, no qual o conhecimento é transmitido pela tradição oral e não pela palavra escrita.

A Direção Nacional de Educação Bilingüe Intercultural (Dinebi), do Ministério de Educação, tem demonstrado interesse em nosso projeto. Algumas de nossas atividades, como o intercâmbio de experiências e de sementes entre as crianças e seus pais, têm sido promovidas por essa direção. Os resultados da pesquisa “O ciclo produtivo ritual andino e sua relação com o período escolar nas comunidades de K’arhui e Wit’u” e o texto “Os saberes de nossa comunidade” foram publicados com o apoio financeiro da Dinebi.

Muitas pessoas, interessadas em nosso projeto, também têm nos visitado. Dizem que nosso projeto é importante, pois propicia um entendimento mais amplo do fato da diversidade biológica ser a base da vitalidade cultural das comunidades andinas. Isso possibilita uma visão do mundo e do cosmos que enfatiza a criação da vida através do cuidado, do afeto e do respeito à natureza. Outros explicam que este projeto tem mostrado que a verdadeira interculturalidade no sistema de educação peruana só poderá ser bem-sucedida se a identidade e a cultura indígenas forem fortalecidas. Para isso, temos de nos assegurar que as crianças tenham não só o direito de aprender em sua língua materna, como também possam conservar e desenvolver sua própria cultura e diversidade.

**Elena Pardo Castillo e Rocío Achahui Quenti:
Centro de Promoção e Serviços Integrales (Ceprosi)
ceprosi@terra.com.pe*



A Educação REAL foi adaptada da abordagem “Escola de Campo de Agricultores”

Crescendo no mundo REAL

Um aluno REAL

Andrew Bartlett
Marut Jatiket*

Chutima adora as sextas-feiras. Esse é o dia em que a escola Nong Tharam conduz as atividades ligadas à “educação do sistema ecológico”, que começaram três anos atrás nessa pequena escola rural (que reúne 59 estudantes no total) na província de Nakom Sawan, na Tailândia.

Em vez de ficarem sentados durante as aulas estudando os livros, Chutima e seus amigos da 5ª série se reúnem em um ponto de encontro todas as manhãs de sextas-feiras e começam o dia com jogos “de aquecimento”. Os estudantes se separam em pequenos grupos e

visitam um campo de cultivo próximo da escola, onde, dependendo da estação do ano, observam de perto as plantações de arroz ou de legumes. Eles examinam a condição do solo, medem o crescimento das plantas, contam o número de insetos e colhem outros dados. Quando retornam ao ponto de encontro, eles compilam as informações, preparam desenhos e discutem suas descobertas. Chutima e seus amigos então tomam suas próprias decisões a respeito do que fazer com os cultivos.

À tarde, os estudantes de Nong Tharam realizam as atividades que foram combinadas entre eles: pode ser regar ou retirar as ervas invasoras dos campos cultivados, ou remover os insetos-pragas das folhas. Como os produtos são cultivados organicamente, Chutima jamais usa agrotóxico. Ela procura observar regularmente os insetos benignos para ter certeza de que eles estão controlando as pragas. E, no final da estação, ela colhe e come o que plantou.

O que Chutima mais gosta são seus próprios experimentos. Ela plantou couve chinesa em três potes com diferentes tipos de solo: areia, lama e argila. Ela rega

A Educação REAL é um processo de ensino integrado no qual crianças de escolas exploram o que acontece em propriedades agrícolas locais, obtêm um entendimento sobre ecologia e desenvolvem um pensamento crítico a respeito do meio ambiente, da saúde e dos problemas sociais.

os potes todos os dias, e o crescimento da planta é medido a cada dois dias. Até agora, a couve plantada na lama vem crescendo melhor, e Chutima percebeu que esse tipo de solo retém melhor a água.

Chutima também capturou borboletas e libélulas, as manteve em recipientes de plástico, observou seus ciclos de vida e usou a informação para produzir seus próprios livrinhos. Ela fez uma série de gráficos educativos, os quais usa com seus pais e irmãos menores. Os gráficos se baseiam em uma série de questões que foram criadas para estimular discussões e pensamentos críticos, uma técnica que Chutima aprendeu com sua professora.

Em 2003, aos 11 anos de idade, Chutima participou de uma mesa de discussão no Fórum Nacional de Manejo Integrado de Pragas em Escolas. Professores de toda Tailândia, altos representantes oficiais do Ministério da Educação e visitantes internacionais de oito países também participaram do Fórum. Chutima explicou o que ela ganhou com as sessões das sextas-feiras na escola de Nong Tharam: não só conhecimento sobre o ciclo de vida dos insetos, não só as técnicas necessárias para criar arroz e legumes, mas, principalmente, ela aprendeu como aprender.

Educação REAL

A sigla REAL significa *Rural Ecology and Agricultural Livelihoods* (Ecologia Rural e Sustentamento das Famílias de Agricultores). A Educação REAL é um processo de ensino integrado no qual crianças de escolas exploram o que acontece em propriedades agrícolas locais, obtêm um entendimento sobre ecologia e desenvolvem um pensamento crítico a respeito do meio ambiente, da saúde e dos problemas sociais.

A Educação REAL hoje é um movimento internacional, mas começou com um professor em uma escola do interior da Tailândia. Em 1995, Manas Burapa decidiu organizar sessões práticas que ajudariam seus alunos a entenderem a ecologia dos campos de arroz. Ele estava preocupado com os efeitos nocivos dos agrotóxicos e procurou a orientação de uma ONG que agora é conhecida como Fundação de Educação Tailandesa. Manas e a equipe da Fundação adaptaram a abordagem “Escola de campo de agricultores”, um processo de aprendizagem que foi desenvolvido pela FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para ensinar a agricultores adultos técnicas de manejo integrado de pragas (IPM).

O currículo que adveio dessa colaboração faz uso de observações de campo como ponto de partida para o aprendizado de uma grande variedade de tópicos. Por exemplo, a observação da relação entre os insetos-praga e os insetos benígnos fornece uma base concreta para o estudo de processos ecológicos e oferece informação e inspiração para as aulas de ciências, matemática, artes e línguas. Além disso, o processo de tirar os alunos da sala de aula e levá-los aos campos de cultivo locais ajuda a quebrar barreiras que foram criadas entre a escola e a comunidade e incentiva as relações de aprendizagem entre as gerações.

O sucesso dessa abordagem de baixo custo no que se refere ao aprendizado integrado despertou o interesse de vários setores do governo tailandês. O Ministério da Educação financiou o desenvolvimento de uma “rede de eco-escolas” que envolve o uso da abor-

Chutima exibe orgulhosa o seu trabalho



Foto: autor



As informações que os alunos recolhem no campo são usadas em outras matérias

dagem REAL em quatro províncias e também concedeu prêmios nacionais para diversos professores da Educação REAL. Enquanto isso, o Ministério da Saúde se interessou pelas atividades de “vigilância da saúde comunitária” organizadas pelos estudantes da REAL, que levaram a uma redução significativa de envenenamento por agrotóxicos. Governadores de províncias também estão aderindo: no início de 2004, o governador de Nakom Sawan começou a patrocinar a adoção da Educação REAL em diversas comunidades ribeirinhas do rio Chao Phraya como meio de reduzir a contaminação da água por agentes químicos agrícolas.

O interesse por parte de outros países asiáticos também está crescendo. O Ministério de Educação do Camboja e das Filipinas começaram seus próprios programas de Educação REAL, enquanto atividades-piloto têm sido realizadas em Bangladesh, Laos, Indonésia, Vietnã e Sri Lanka. Até recentemente, essas atividades recebiam nomes variados, entre eles “Aprendizado em campos de cultivo de arroz”, “Iniciativa de participação das crianças” e “Escolas de manejo integrado de pragas”. Nenhum desses nomes captou totalmente a essência da questão ou conseguiu representar a transformação que ocorre nas escolas que participam desses programas. Por essa razão, os participantes da Oficina Internacional, organizada pela Fundação de Educação Tailandesa em março de 2003, escolheram o nome de “Educação REAL” para descrever a abordagem que estavam usando.

Aprendizagem REAL de competências

Pelo menos metade das crianças na Tailândia cresce em áreas rurais. Os campos de cultivo ao redor de suas casas e escolas proporcionam a essas crianças um lugar ideal para o aprendizado de uma grande quantidade de assuntos:

- campos de cultivo de arroz e legumes são ótimos lugares para que os alunos vejam o desenrolar de processos biológicos e ecológicos. Ali eles podem observar plantas, solos, água, insetos e outras criaturas, como sapos e peixes, e como eles interagem uns com os outros;
- estudos científicos e experimentos (por exemplo, o estudo do ciclo de vida dos insetos, comparação de práticas de agricultura) podem ser conduzidos sem equipamentos caros, e assim melhoram as habilidades organizacionais e analíticas dos estudantes;
- as informações que os alunos obtêm no campo podem ser usadas como base para o aprendizado integrado, fazendo com que reúnam assuntos de diversas matérias, como ciências, matemática, artes e línguas;
- o estudo da agricultura local é um forte ponto de partida para a compreensão de problemas de saúde e ambientais, tais como o uso indevido de agrotóxicos, a poluição da água, a erosão do solo e a perda da biodiversidade;

- A agricultura ecológica coloca as escolas rurais em contato com a vida cotidiana das pessoas do local, criando uma ponte entre as questões que envolvem os professores, as crianças e seus pais.

A produção agrícola é a atividade mais importante na Tailândia, envolvendo mais pessoas do que qualquer outra forma de emprego. No entanto, a vida rural muda rapidamente, e as famílias agricultoras devem ser capazes de responder às dificuldades e às oportunidades que vêm emergindo. A habilidade de colher informação, de analisar os problemas, de conduzir experimentos e de comunicar o que foi aprendido são competências que podem ter um efeito profundo sobre os meios de sustento de milhões de pessoas que vivem nas áreas rurais da Tailândia. Essas são as competências que a Educação REAL almeja desenvolver.

Impacto

Ban Pha Thon é uma pequena escola primária localizada na província de Chiangrai. A escola tem 207 alunos em oito séries, da pré-escola à 6ª série. A maior parte desses estudantes é filho de agricultores que cultivam arroz e legumes.

A escola começou as atividades da REAL em 1999, com o envolvimento de dois professores responsáveis pelas 5ª e 6ª séries. No início, essas ações baseavam-se nas práticas apreendidas com a produção de arroz e legumes. Depois, os professores integraram diversos outros assuntos e matérias e o currículo foi adotado por toda a escola. Agora, os alunos da escola Ban Pha Thon passam, às sexta-feiras, pelo menos uma hora no campo seguida por uma discussão na sala de aula. As informações colhidas também são usadas em outras sessões realizadas de segunda a quinta. Nesse sentido, essa iniciativa se adequou à reforma governamental do currículo nacional, que deu mais ênfase ao conteúdo local e às abordagens centradas nos alunos.

Essa reforma curricular proporcionou uma excelente abertura para a Educação REAL. Em outros países, com políticas ambientais menos acolhedoras a esse tipo de iniciativa, o programa REAL começou fora do horário escolar.

A Educação REAL impõe maior responsabilidade sobre o professor. No início, era difícil para eles mudarem de um método de ensino tradicional, que utilizava livros didáticos, para uma forma de aprendizagem relacionada a um contexto prático. Ecologia agrícola também demanda mais preparo técnico dos docentes. A princípio, muitos professores acharam o conteúdo de matérias como manejo integrado de pragas para legumes um tanto complexo. Foi necessário um treinamento con-

No “centro de pesquisa” da escola, os estudantes também desenvolveram um novo tipo de canteiro de sementes de legumes, que consiste em misturar certas ervas e composto orgânico no solo de forma a prevenir ervas daninhas e insetos.

tínuo durante o ano para que eles se sentissem confiantes para adotar a nova abordagem pedagógica.

A professora Khun Pornpan Namrath é responsável pelas 5ª e 6ª séries na escola Ban Pha Thon e ela foi uma das primeiras a usar o currículo REAL. Ela costumava se considerar uma professora regular, mas as atividades da Educação REAL produziram uma mudança dramática em suas técnicas de ensino e atitudes. Ela recebeu o prêmio de professora modelo da Comissão Nacional de Educação, um prêmio de professores profissionais da Chiangrai Teacher College, e também foi convidada a dar aulas para estudantes universitários.

O maior motivo de orgulho para Khun Pornpan, no entanto, foi a transformação que ela viu ocorrer em sua comunidade desde que os alunos e seus pais se envolveram na Educação REAL. Ela explica que, como resultado das atividades de campo, os alunos mais novos desenvolvem rapidamente um forte interesse por aprender: *Eles têm capacidade de fazer uma apresentação, de desenvolver um pensamento crítico e são mais criativos. Os pais percebem grande melhora na habilidade que seus filhos têm para realizar atividades de forma independente e res-*

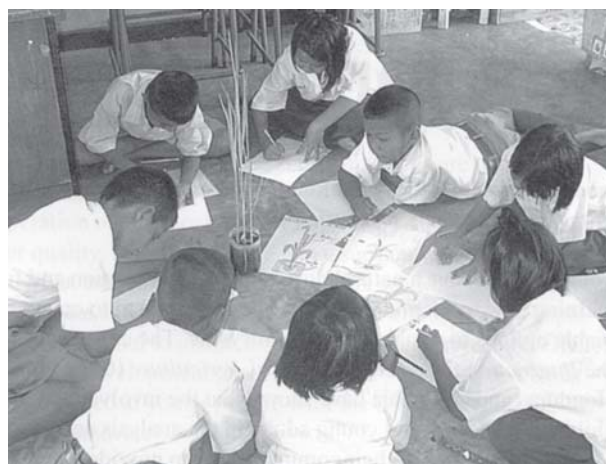


Foto: autor

O trabalho de campo é seguido por atividades dentro da sala de aula

ponsável. Há também um benefício do ponto de vista nutricional, porque os estudantes podem comer os legumes que produzem, seja na cantina da escola ou levando para casa.

Os alunos mais velhos estão levando o processo de aprendizagem ainda mais longe, ao envolverem seus pais em pesquisas sobre saúde que enfocam o uso de agrotóxicos na comunidade. Como resultado, diversas famílias em Ban Pha Thon modificaram suas práticas agrícolas. Alguns agricultores deixaram de plantar certos cultivos comerciais para plantar árvores frutíferas, e muitos estão usando biofertilizantes para evitar os danos causados por agentes químicos tóxicos. Alguns estudantes têm desenvolvido e testado suas próprias fórmulas de biofertilizantes, que são vendidos no mercado local por 15 Baht o litro (aproximadamente US\$ 0,37). Os lucros são revertidos para os alunos, algo que proporciona uma oportunidade de aprendizado a mais para eles. No “centro de pesquisa” da escola, os estudantes também desenvolveram um novo tipo de sementeira de legumes, ao incorporar certas ervas e composto orgânico ao solo de forma a prevenir o surgimento de plantas invasoras e insetos-praga.

Durante os últimos cinco anos, 137 alunos se formaram depois de passarem pela experiência da Educação REAL. Khun Pornpan diz que escolas de segundo grau (atual ensino médio no Brasil) estão preferindo estudantes que venham de Ban Pha Thon ou de outras escolas que usam o currículo da Educação REAL porque eles são capazes de tomar iniciativas nas atividades de aprendizagem. Um desses alunos é Tasanee Sithimart, atualmente na 11ª série da escola secundária de Viengpapao. Eis o que ela tem a dizer sobre a Educação REAL:

Eu ganhei muito com a escola primária e, desde então, tenho utilizado o que aprendi. Na escola secundária, conduzi diversos experimentos e nunca tenho medo de pensar por mim mesma ou de fazer apresentações. Eu conquistei o respeito de outros alunos e professores por meu conhecimento e por várias atividades que foram muito bem-sucedidas. Tenho uma média alta em meus exames e provas. Agora estou trabalhando como membro do comitê estudantil envolvido com o planejamento escolar e com muitas outras atividades. Eu gostaria de me tornar uma pesquisadora, porque gosto de ciências e posso ajudar meus pais e outros agricultores a terem acesso a melhores variedades e ganhos. Dessa forma, podem obter lucro e não devem mais a ninguém.

Para onde se encaminha a Educação REAL?

No ano 2004, havia aproximadamente 50 escolas na Tailândia adotando o currículo REAL. Alguns planejadores ou gerentes de projeto podem considerar esse um número baixo. Mas este processo não deve ser analisa-



Apresentação de um aluno

do pela lógica convencional de avaliação de projetos. Ao contrário, este é um movimento de expansão contínua que pertence aos tailandeses. Tanto o Ministério da Educação quanto a Fundação de Educação Tailandesa financiaram este movimento, mas a tomada de decisão é feita por diretores de escolas, professores, pais e pelos próprios alunos. Todos estão envolvidos no planejamento, na implementação e na contínua avaliação do currículo REAL, além de serem encarregados de comunicarem os resultados para outras pessoas.

Talvez haja 70 escolas de Educação REAL na Tailândia no próximo ano, ou talvez haja 700. Qualquer que seja o número, temos certeza de que existe uma tendência de crescimento. Talvez o currículo seja estendido e venha incluir novas atividades relacionadas à qualidade da água, ou à prática da silvicultura comunitária, ou ao controle da malária. Qualquer que seja o conteúdo, temos certeza de que continuará a evoluir como resultado do interesse e da criatividade das pessoas envolvidas. E, quem sabe, novos financiadores podem surgir por parte de uma instituição tailandesa ou por doação estrangeira. Mas, qualquer que seja a origem dos fundos, a Educação REAL continuará a pertencer e ser organizada pelas escolas e comunidades que estão assumindo a responsabilidade por seu próprio futuro.

**Andrew Bartlett e Marut Jatiket:
Fundação de Educação Tailandesa.
thaied@inet.co.th*



Foto: arquivo Escola

Amostra de milho crioulo

Projeto educacional para crianças e adolescentes do campo: a experiência do MST

Rosana Fernandes*

No projeto pedagógico adotado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra há uma preocupação essencial com o processo de formação humana. Para o MST, educar é criar condições para que as pessoas reflitam e teorizem sobre sua prática no cotidiano do trabalho, do relacionamento social, da vida em família, no assentamento ou acampamento. É a educação que possibilita que as pessoas conheçam sua realidade para poder transformá-la. Esse processo é, necessariamente, uma prática coletiva, como nos

orienta Paulo Freire: *Ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo.* Nesse sentido, o processo educativo ocorre em todas as ações desenvolvidas na luta dos trabalhadores(as), ou seja, nas marchas, nas mobilizações, nos encontros, nos cursos técnicos, enfim, em toda e qualquer atividade organizada pelos sem-terra.

Nesse contexto, podemos entender que a escola é um importante espaço de aglutinação desses sujeitos. Portanto, é necessário questionar aspectos inerentes à função social da escola. O que dizer, então, da escola do campo? Em se tratando de escolas de nível médio, há pou-

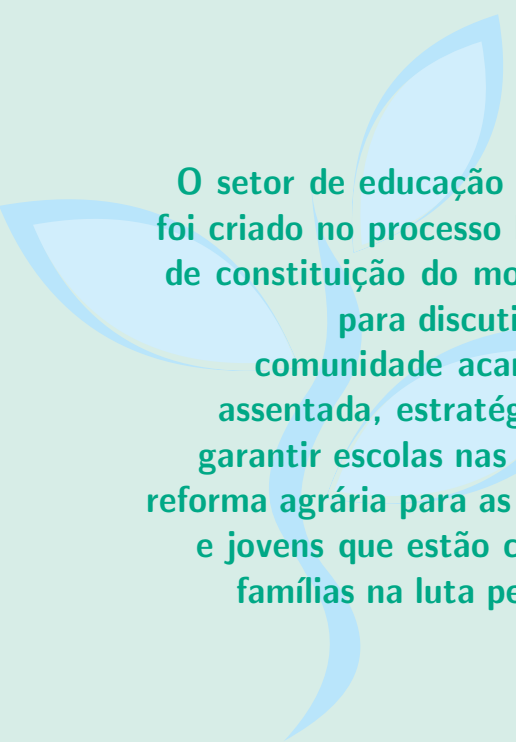
co o que se investigar, haja vista a reduzida quantidade delas lá existente. No projeto de modernização que vigora no país, os camponeses são totalmente desconsiderados, predominando a idéia de que as pessoas que vivem no campo constituem uma parcela insignificante. “Nos documentos oficiais sobre educação no Brasil, a população camponesa aparece apenas como dado”¹, ou seja, a população que vive no campo, principalmente os oriundos das áreas de reforma agrária, são vistos como números para pesquisas e não como sujeitos de ações que produzam mudanças sociais.

O setor de educação do MST foi criado no processo histórico de constituição do movimento para discutir, com a comunidade acampada e assentada, estratégias para garantir escolas nas áreas de reforma agrária para as crianças e jovens que estão com suas famílias na luta pela terra. A partir do entendimento de que educação é mais do que ensino, as escolas de ensino fundamental e médio compartilham orientações gerais que os educadores(as) buscam ajustar de acordo com a realidade de cada comunidade. Essas orientações encontram-se registradas em materiais pedagógicos produzidos pelo próprio movimento, o que explicita a atenção dispensada aos educandos(as), meninas e meninos que construíram sua própria identidade, sendo conhecidos como sem-terrinha. Esse conceito surgiu durante um encontro com crianças no estado de São Paulo, quando uma delas refletia que *se o meu pai é um sem-terra porque ele é adulto, eu que sou criança devo ser chamado de sem-terrinha*.

Em seu sentido amplo, a educação deve ser compreendida e respeitada tendo em vista os espaços vividos como formadores da consciência e possibilitadores de novas experiências. Dessa maneira, a identidade *sem-terrinha* deve ser reconhecida como o resultado de um aprendizado da luta social, cuja relevância no trabalho educativo com crianças e adolescentes sempre foi priorizada.

Esse processo educativo está presente prioritariamente nas escolas das áreas de reforma agrária, possibilitando construir o respeito à vida, ao planeta e ao ser humano, contrapondo-se ao modelo hegemônico de submissão do trabalho ao capital e, principalmente, despertando a compreensão de que é necessário e possível, não somente o estar na terra, como também o permanecer na terra conquistada.

Exemplo concreto desse processo é a Escola Agrícola 25 de Maio, situada no Assentamento Vitória da Conquista, município de Fraiburgo (SC). Desde o início do seu funcionamento, em 1989, o enfoque agroecológico foi adotado como referência e o princípio empregado é o de que alunos e alunas devam ser capazes de construir sua própria organização, favorecendo processos de auto-orga-



O setor de educação do MST foi criado no processo histórico de constituição do movimento para discutir, com a comunidade acampada e assentada, estratégias para garantir escolas nas áreas de reforma agrária para as crianças e jovens que estão com suas famílias na luta pela terra.

nização dos jovens, de valorização de sua cultura, místicas, gestos, símbolos e ações como sujeitos atuantes, contrariamente à idéia de “preparar jovens para serem o futuro da humanidade”. A construção desse pensamento se dá pela importância de os jovens camponeses internalizarem conceitos no sentido de promover uma formação integral como ser humano.

É nessa perspectiva que o Movimento vem desenvolvendo diversificadas experiências que se transformaram em marcos de seu processo educacional. Como exemplo, citamos as cirandas infantis para atendimento de crianças de 0 a 6 anos, proporcionando um ambiente onde elas possam receber acompanhamento didático-pedagógico enquanto seus pais participam das atividades dos adultos. Outras atividades são a realização de encontros infanto-juvenis e dos sem-terrinha, que acontecem tradicionalmente na Semana da Criança no mês de outubro, enfocando temas sobre o direito da criança e do adolescente, especialmente no que se refere à busca por escolas nas comunidades onde residem. Acontecem também concursos anuais de arte-educação, que tratam sobre assuntos específicos da luta da classe trabalhadora por meio das diversas linguagens artísticas. A última edição do concurso, em 2004, teve como tema “Sementes: patrimônio da Humanidade”.

Além dessas iniciativas, a escola continua sendo o grande espaço de aglutinação e problematização de questões referentes às crianças e adolescentes, justamente por possibilitar a educação desses sujeitos. Por esse motivo, é compreendida como local de troca e construção de conhecimento entre os envolvidos, visando a qualificação e melhores condições para a permanência no campo, e não como um espaço estanque ou pré-formatado.

Outra importante questão refere-se à necessidade de incentivar os adolescentes a se prepararem para

¹ Segundo dados da Conferência por uma Educação Básica no Campo, em 1999 existia no Brasil 15 mil escolas de nível médio, sendo que, destas, apenas 3,2% estavam no campo.

atuar tecnicamente na terra, bem como para poderem discernir entre o que serve e o que não serve para as famílias que dependem do campo para a sua sobrevivência. Isso está vinculado diretamente ao processo de formação cultural que vem sendo construído no campo ao qual os adolescentes estão inseridos. Por isso, uma questão nos preocupa: quais são os processos culturais que estão formando os adolescentes camponeses? Vale a pena ressaltar que o que existe no campo é apenas uma reprodução do que o mundo urbano carrega: formação dos valores do individualismo, do consumismo, enfim, valores que colocam o “ter” acima do “ser”. Nesse sentido, o campo deve ser visto como possibilidade de construção de novos valores como o companheirismo, o respeito ao meio ambiente, a solidariedade, especialmente entre as crianças e adolescentes.

Assim, o MST pretende, a partir desse projeto educacional, demonstrar como o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias voltados ao bem comum, especificamente à vida dos camponeses, ocorre pela compreensão de que a conquista da terra é muito mais que libertação individual. Significando, de maneira mais abrangente, respeito à cultura dos antepassados, ao ciclo natural da vida e às gerações futuras.

O setor de educação do MST trabalha por uma identidade própria das escolas do campo, com um projeto pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no meio rural, baseada na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa. Esse projeto continuará cumprindo com a tarefa histórica de educar pessoas, formando seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

O setor de educação do MST trabalha por uma identidade própria das escolas do campo, com um projeto pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no meio rural, baseada na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.

Finalmente, a criança e o adolescente devem estar no centro do projeto da classe trabalhadora, pois são sujeitos dessa classe social e merecem uma intencionalidade pedagógica específica no conjunto das ações políticas. Eles serão a nova geração de trabalhadores e trabalhadoras rurais se, neste momento, formos capazes de tratá-los como pessoas com potencialidades de construção de uma nova relação com a humanidade e com a terra.

**Rosana Fernandes: coordenadora do setor de educação do MST
rosanamst@hotmail.com*



Participação dos Estudantes no Grito dos Excluídos – Setembro de 2003

Foto: arquivo Escola

Juventude e fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido da Bahia

Emanuel Mendonça Sobrinho*

O Projeto Juventude e Participação Social (PJPS) teve início em março de 2004, nas microrregiões do Sisal e Vale do Jacuípe, semi-árido baiano, com o objetivo de incentivar e apoiar um processo de organização e participação social da juventude e visando a elaboração e defesa de políticas públicas setoriais.

Embora algumas entidades locais (sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), associações comunitárias, igrejas) desenvolvessem atividades para os jovens – palestras, seminários, encontros etc –, não havia uma concepção de trabalho voltada para a formação da *identidade política juvenil*. Foi por essa razão que o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em parceria com outras entidades regionais e de apoio (Unicef, Disop-Brasil, Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS-CUT, Pólos Sindicais do Sisal e Jacuípe, Centro de Apoio aos Interesses Comunitários e Cooperjovens), resolveu apostar numa dimensão inovadora.

Área de abrangência e desafios apresentados

A área de abrangência do PJPS envolve 22 municípios,¹ com predominância de economia agrícola, pouca

¹Antônio Cardoso, Araci, Candeal, Capim Grosso, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Irará, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Pé de Serra, Queimadas, Quijingue, Quixabeira, Retiroândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente.

Foto: Antonio Lino



Experiência de agricultura familiar com jovens rurais do município de Quixabeira.

oportunidade de geração de emprego local e os principais índices de pobreza indicando um alto nível de desigualdade social e concentração de renda e da terra.

Os principais desafios relacionados à juventude rural da região dizem respeito:

- à falta de experiência de organização social para se auto-representar politicamente;
- à falta de conhecimento da realidade e de inserção nos processos sociais em curso nas duas microrregiões

– a partir das entidades representativas da sociedade civil (STRs, associações comunitárias, cooperativas, movimento de mulheres, grupos etc.) – e nos espaços institucionalizados (conselhos gestores municipais e Conselho Regional de Desenvolvimento, Codes), espaços estes de discussão e definição das políticas setoriais;

- à falta de acesso a processos educativos – formais e não-formais – que promovessem a construção de percepções críticas a respeito da realidade do semi-árido e seus limites, e potencialidades econômica, social, política, cultural e ambiental; e
- ao desconhecimento – sobretudo por parte dos próprios jovens – de alternativas e experiências geradoras de trabalho e renda, com e para a juventude, no contexto da agricultura familiar semi-árida.

Foi esse cenário regional, entre outros aspectos, que determinou a opção institucional do MOC de desenvolver um trabalho com jovens com idade média entre 16 a 29 anos, residentes na zona rural. Cerca de 30% deles já têm o ensino médio completo, enquanto a maioria ainda o está cursando. Esses jovens são filhos de agricultores familiares, de baixa renda, que possuem pequenas unidades produtivas (em média 12 tarefas, ou seja, 5 hectares) e, em sua maioria, sem acesso à assistência técnica e crédito rural, bem como sem oportunidades de qualificação técnica.

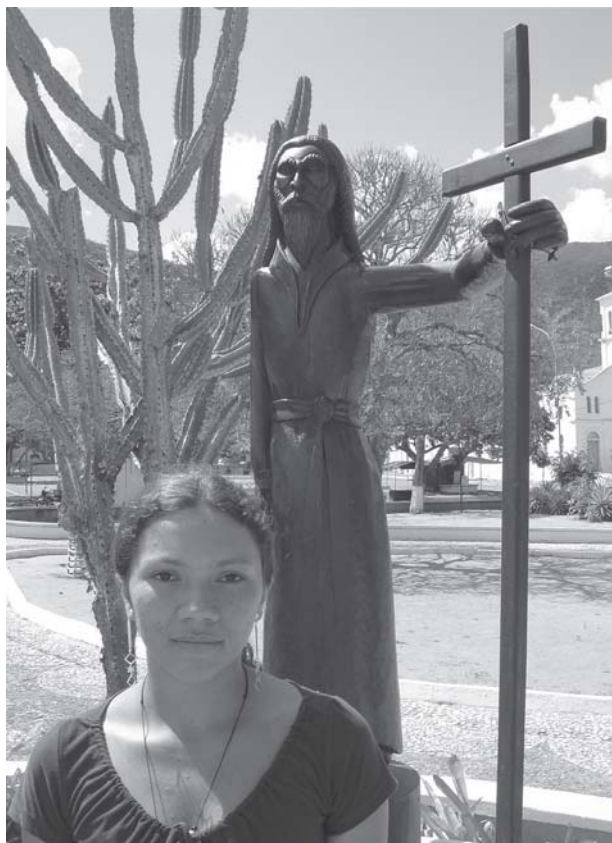


Foto: Antonio Lino

Cláudia Brito, coordenadora do Coletivo Municipal de Jovens de Monte Santo, município da região sisaleira da Bahia.

A proposta político-pedagógica que vem sendo implementada está voltada para o empoderamento político dos jovens para a convivência com o semi-árido, visando sobretudo a geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Organização e concepção do projeto

Cerca de 550 jovens organizados participam do projeto através de 22 coletivos municipais de jovens que estabelecem parcerias com as entidades da sociedade civil local, sobretudo com os STRs. Há, ainda, um coletivo regional, composto de representações juvenis municipais, que funciona como espaço para planejamento, avaliação e monitoramento das ações, estimula a troca de saberes e intercâmbio de experiências e encaminha processos políticos articulados.

A proposta político-pedagógica que vem sendo implementada está voltada para o empoderamento político dos jovens para a convivência com o semi-árido, visando sobretudo a geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, foram realizadas diversas ações estratégicas, entre as quais o estabelecimento de conselhos gestores e programas de apoio à juventude; encontros mensais municipais, sub-regionais e interestaduais para troca de experiências; planejamento e avaliação das ações juvenis; oficinas de capacitação temática na área da auto-gestão e convivência com o semi-árido; além de visitas a experiências de trabalho com jovens.

Os desdobramentos

No transcurso da experiência, é possível identificar uma maior percepção e atuação da juventude quanto aos limites e às potencialidades da agricultura familiar. Concretamente, estão em curso algumas iniciativas incipientes de hortas comunitárias com princípios agroecológicos, desenvolvidas pelos coletivos de jovens, por meio de parcerias com entidades locais (STRs, igrejas e associações comunitárias), assim como a ela-



Processo de secagem da fibra do sisal em São Domingos, região sisaleira da Bahia.

boração de projetos para captação de recursos para o desenvolvimento de atividades como os criatórios de cabras e de abelhas. Em outra dimensão, os jovens vêm ocupando espaços político-institucionais – conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRs) e o Conselho Regional de Desenvolvimento – de discussão e negociação de políticas voltadas para a criação e valorização de oportunidades geradoras de trabalho e renda na agricultura familiar, em particular para a juventude rural.

A realização, durante o período eleitoral, de debates públicos com candidatos a prefeito e a vereador para definir compromissos nos planos de governo com o segmento juvenil do campo e a participação social de jovens nas iniciativas locais e regionais dos movimentos sociais são conquistas relevantes da organização e atuação dos coletivos de jovens.

A experiência do PJPS vem desafiando a juventude rural, o MOC e entidades parceiras a refletirem sobre os caminhos e alternativas para geração de trabalho e renda para jovens na agricultura familiar, no contexto do semi-árido.



Coletivo Regional de Jovens e a Coordenação MOC da experiência do PJPS.

A negociação e a implementação de projetos juvenis voltados para o fortalecimento da participação dos jovens na agricultura familiar semi-árida são outros aspectos a serem ressaltados. Junto aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego, tem-se um plano de trabalho das regiões Sisal e Vale do Jacuípe para qualificação e inserção profissional de 330 jovens, por meio do Consórcio Nacional da Juventude Rural. Em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, os coletivos de jovens serão qualificados para estruturar e gerenciar um fundo rotativo de caprinos, em que serão identificados e capacitados 220 jovens rurais para atuarem na área de caprino-ovinocultura.

Outra atuação estratégica dos coletivos municipais de jovens aponta para o trabalho junto às secretarias e departamentos de jovens dos STRs e Pólos Sindicais do Sisal e Jacuípe, com vistas ao fortalecimento da participação juvenil também no movimento sindical, bem como na identificação e mobilização para o acesso ao crédito rural nas linhas do Pronaf Jovem, visando à implementação de projetos produtivos comunitários.

A experiência do PJPS vem desafiando a juventude rural, o MOC e entidades parceiras a refletirem sobre os caminhos e alternativas para geração de trabalho e renda para jovens na agricultura familiar, no contexto do semi-árido. Assim, é imprescindível ter como princípio estratégico a qualificação de jovens voltada para a formação e o fortalecimento de espaços de organização social, em uma dimensão de autonomia e identidade política juvenil, na atuação e no acesso às políticas públicas setoriais.

**Emanuel Mendonça Sobrinho:
técnico do Programa de Juventude do MOC.
emanoel@moc.org.br*



Foto: M. Alvarez

Crianças e um dos facilitadores durante um jogo tradicional

As crianças e as feiras de agrobiodiversidade: uma vivência em Cuba

Francisco Dueñas Hurtado, Marta Álvarez Gil, Dagmara Plana Ramos, Carlos Moya López, Humberto Ríos Labrada*

A comunidade El Tejar - La Jocuma está localizada na região norte do município de La Palma, da província de Pinar del Río, na zona oeste de Cuba. O acesso a suas propriedades é relativamente difícil devido aos caminhos estreitos que existem na subida da Sierra de Los Órganos. A comunidade, constituída por 49 famílias, é tipicamente rural e se ca-

racteriza por apresentar uma agricultura baseada no uso mínimo de insumos químicos e em sistemas tradicionais de preparação das terras e manejo dos cultivos.

Embora o tomate seja cultivado por algumas pessoas, os habitantes não têm tradição na produção e consumo de hortaliças: sua dieta está baseada em arroz, feijão, raízes comestíveis e, em certas ocasiões, na carne de porco ou de boi. Soma-se a isso a erosão cultural que tem ocorrido nos últimos anos e, como elemento fundamental, a pouca ou escassa disponibilidade de sementes e de diversidade de espécies e variedades, o

que denota uma insuficiência dos sistemas formais de produção e distribuição de sementes para abastecer a demanda. Como consequência, o consumo de hortaliças nessa comunidade é quase nulo, problema que persiste também pela pouca consciência dos habitantes para incorporar, de maneira sistemática e crescente, um maior número de espécies em sua dieta como forma de prevenir muitas doenças.

As feiras de agrobiodiversidade, organizadas há alguns anos em Cuba (ver quadro), têm ajudado a melhorar o nível de vida desses agricultores e têm formado a base de uma ampla e ativa participação no processo de seleção de suas próprias variedades. Desde o início, no final dos anos 1990, as feiras surgiram como uma importante ferramenta de trabalho de fitomelhoramento participativo, organizadas com o objetivo principal de facilitar o fluxo de sementes dos institutos de pesquisa para o agricultor e vice-versa (Ríos e Wright, 2000). Além disso, são um interessante mecanismo para a integração harmoniosa dos conhecimentos e habilidades dos agricultores e dos fitomelhoradores na busca de soluções e práticas para suprir suas demandas por sementes de espécies e variedades cultivadas (Soleri, Cleveland e Smith, 2000).

Crianças de diversas idades comparecem a essas feiras, pois quando se realizam esses eventos a família participa em conjunto, tradição que não se perdeu nas comunidades rurais. Daí a necessidade de inserir nesse evento um grupo de atividades com as crianças para debater temas relacionados à natureza e ao meio ambiente, assim como desenvolver atividades esportivas, por meio de jogos tradicionais cubanos. Tudo isso para garantir o bom desempenho das feiras, para que as mesmas cumpram seus objetivos e as crianças adquiram conhecimentos, ao encontrar nesse espaço o prazer de aprender temas novos.

A realização da primeira feira do tomate, na fazenda da família Mederos, propiciou um intercâmbio entre crianças e facilitadores, permitindo-nos avaliar o grau de conhecimento que tinham sobre as diversas hortaliças e sobre alguns temas relacionados ao meio ambiente. Foram criadas pautas para o debate sobre temas relacionados com o que estava acontecendo na feira, e assim ir montando a base de um conhecimento sólido e válido.

O dia da feira

Na manhã de sábado do dia 17 de janeiro de 2004, foi marcado um encontro, no município de La Palma, entre pesquisadores do Instituto Nacional de Ciências Agrícolas (facilitadores), agricultores produtores de tomate, dirigentes de organizações comunitárias do município e crianças de diversas idades, para dar início à primeira feira do tomate. Esta seria celebrada naquela manhã na fazenda da família Mederos, reconhecida por seus bons resultados no cultivo dessa hortaliça.

As feiras de agrobiodiversidade

As feiras de agrobiodiversidade são organizadas pelo projeto *Fitomelhoramento Participativo como Estratégia Complementar em Cuba*, dirigido pelo Instituto Nacional de Ciências Agrícolas (Inca). Foram realizadas em várias províncias e trataram de diferentes cultivos: Pinar del Río, nos municípios de Los Palacios (arroz e tomate); em La Palma (feijão, milho, arroz, tomate e soja); em Havana, nos municípios de San José de las Lajas (feijão, milho, tomate, soja, abóbora e agricultura urbana); em San Antonio de los Baños (milho e arroz); em Batabanó (milho e soja); Cienfuegos, no município de Aguada de Pasajeros (feijão e arroz); em Villa Clara, no município de Manicaragua (feijão, mandioca e arroz); em Camagüey (feijão, milho, arroz e tomate); e no município de Gibara em Holguín (feijão, feijão caupi – *Vigna unguiculata* – e milho).

Desde do início, em 1999, essas feiras têm se constituído em um espaço onde os agricultores podem escolher os materiais genéticos que mais lhes agradam. Sua organização tem permitido colocar à disposição dos produtores um elevado número de materiais genéticos obtidos em bancos de germoplasma, materiais segregantes, variedades autóctones etc, os quais têm servido para introduzir uma maior diversidade genética nas áreas de atuação dos agricultores e diminuir a erosão genética existente. O objetivo principal dessas feiras é que os agricultores tenham acesso à biodiversidade, e que eles mesmos possam estabelecer bancos de sementes, manejando fluxos de materiais fitogenéticos entre eles. Juntamente com as feiras, realizam-se oficinas de capacitação para líderes camponeses, para famílias agricultoras e para agricultores em geral, buscando o intercâmbio entre pesquisadores, agricultores e aqueles que decidem as políticas.

A atividade com as crianças começou às 9h da manhã. Nela, participaram um total de 50 crianças, as quais mostravam grande entusiasmo, pois essa experiência lhes parecia muito interessante. Depois de uma apresentação geral, buscando gerar um pouco de confiança, realizou-se uma conversa sobre a biodiversidade, perguntado-lhes o que entendiam por esse termo e como, por meio de exemplos em sua própria localidade, poderiam ilustrar esse conceito.

A participação foi muito rica, e pudemos perceber que as crianças reconheciam que a diversidade biológica estava nas diferentes formas de vida que encontramos em uma paisagem ou ecossistema determinado. Outras colocaram que a diversidade podia ser apreciada na variedade de cores que diferentes aves apresentavam, nas diferentes plantas que existem na fazenda onde nos encontrávamos, e até na diferença fenotípica que se via entre cada um dos que estávamos ali presentes.

Mas apesar do grande número de respostas das crianças, o tema tornou-se um pouco difícil para os mais novos. Para despertar seu interesse na atividade, propusemos realizar um concurso de canto, poesia ou histórias relacionadas com a natureza. Embora isso tenha chegado a se converter em uma competição entre os meninos e as meninas, o mais importante é que o respeito prevaleceu. A mensagem chegou dessa forma àquelas para quem o tema, a princípio, soava como algo chato, sem graça.

Concluída a primeira conversa, passamos a realizar um jogo no qual as crianças mostraram suas habilidades físicas, combinando as técnicas de canto com exercício. Posteriormente, nos acomodamos em uma das casas que serve como depósito de sementes para prosseguir com nossa conversa, agora relacionada com o consumo de legumes na dieta das pessoas. Para isso, começamos nomeando as hortaliças que são conhecidas em todo o mundo e as plantadas em nosso país. Depois foi realizado um breve debate sobre o tomate. A conversa começou com perguntas como “O que entendemos por hortaliças?”, pedindo-lhes para que dessem exemplos. Mencionaram uma gama de hortaliças que são plantadas em Cuba devido às condições climáticas do país, que eram as que eles conheciam. Foram também citadas outras que não conheciam, indicando como são consumidas nos lares e quais são seus benefícios.

As crianças mostraram que sabiam que os legumes servem como fonte de vitaminas, minerais e nutrientes, os quais lhes permitem crescer fortes e vigorosas, garantin-

do-lhes com isso uma vida saudável. Concentrando-nos em seguida no tomate, falamos sobre sua origem, as diversas formas em que pode ser consumido e sobre a quantidade de nutrientes que incorpora ao nosso organismo, assim como também sobre a diversidade de formas de seus frutos, sabores e cores. Muitos filhos de produtores fizeram menção aos tomates que seus pais haviam plantado, explicando as formas que tinham e seus tamanhos.

Mas uma porcentagem alta de crianças ali presentes não pôde dizer o que entendia por *hortaliças*: muito poucas participaram nesse momento, e as que o fizeram tinham uma idéia pouco precisa sobre o tema. Para aprofundar a idéia central da reunião, introduzimos a próxima atividade, “a hortaliça perdida”. Para isso, usamos cartões com formas e nome de uma hortaliça, sua origem e sua importância alimentícia. Por estar tudo escrito em uma linguagem pouco científica, garantimos que o conhecimento pudesse chegar às diferentes idades.

Esses cartões foram escondidos em diferentes lugares da fazenda sem que estivessem muito longe uns dos outros, para que fossem encontrados o mais rápido possível. Assim, de uma maneira dinâmica, foi aberto o espaço para a última atividade do encontro. De posse de todos os cartões, as crianças que os encontraram passaram à frente de todos e leram a mensagem que estava escrita, o que ajudou a fixar ainda mais a atenção nos diferentes exemplos de vegetais que podemos encontrar no campo e que podem ser cultivados, e a importância que eles têm para a nossa saúde quando passam a fazer parte da dieta.

A última atividade do dia consistiu em um jogo tradicional, no qual a criança que participa tem os olhos vendados. Coloca-se então em suas mãos um legume ou fruto, que a criança, ao apalpá-lo, deve identificar e dizer o nome. Esse jogo nos permitiu fixar o conhecimento aprendido na conversa anterior e propiciou uma relação mais próxima com as hortaliças. Com esse jogo também pudemos observar que existem algumas espécies que são totalmente desconhecidas, pois não são comuns à dieta dessa população, como a berinjela (*Solanum melongena* L.) e a



Foto: M. Alvarez

Facilitador falando sobre a biodiversidade com as crianças

Por que trabalhar com as crianças?

O desenvolvimento das feiras mostrou que estas constituem um evento sociocultural importante para as comunidades rurais, e as crianças, como parte dessas comunidades, assistem a tudo sem que nelas lhes seja designado um papel específico. De um lado, percebeu-se que o trabalho de seleção de variedades no campo era afetado porque as crianças, por não terem um espaço específico para elas nas feiras, impediam a participação ativa de suas mães. Dessa forma, se perdia a importante contribuição das mulheres e a responsabilidade não era absorvida pelos homens.

De outro, trabalhar com as crianças é preparar o terreno para que elas assumam um dia o lugar de seus pais, já que são elas que no futuro serão os homens e mulheres que cuidarão dessas terras e tirarão o proveito de seus frutos. Dessa forma, trabalha-se com elas para estimular o amor a sua localidade, sua terra e sua cultura, e evitar com isso futuras migrações para as cidades. Trabalha-se com elas porque a palavra “criança” constitui um sinônimo de futuro, e trabalhar com elas é a forma mais nobre de se lidar com a obrigação que a humanidade tem com as futuras gerações.

cenoura (*Daucus carota* L.). Isso serviu de marco para podermos falar sobre a importância das mesmas para a saúde humana e para o bom desenvolvimento e funcionamento do organismo. Uma vez terminada a intervenção do facilitador, começamos a preparação de uma salada com esses legumes frescos, a qual iria competir em um concurso de pratos que se realizaria ao final da feira. Para a confecção do prato, as mães nos ajudaram, e as crianças o decoraram a seu gosto.

Metas

Terminada a feira, nós, facilitadores, nos reunimos e expusemos nossas experiências e rapidamente chegamos ao consenso de que devemos continuar trabalhando com as crianças. De um lado, apontou-se que é desde muito cedo que se fixa melhor o conhecimento adquirido, ao ensiná-las a buscar um melhor aproveitamento da biodiversidade e também a incorporar alimentos frescos e saudáveis a sua dieta. De outro, garante-se de forma oportuna que as crianças amem sua terra, suas tradições, seus costumes e se sintam úteis com o trabalho na terra, propiciando que no futuro não ocorram migrações dessas novas gerações para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades econômicas. Outra razão importante nesse trabalho é que, durante a realização das feiras, quando seus pais estão em plena atividade, as crianças encontram-se também reunidas em um lugar determinado da fazenda, aprendendo temas interessantes e desenvolvendo suas habilidades físicas e motoras. Para concluir, pode-se dizer que as feiras configuram o espaço adequado para o trabalho educativo-ambiental-recreativo com as crianças. O fato de estarem entretidas propicia um bom desenvolvimento dos objetivos das feiras, pois os pais podem desenvolver suas atividades sem ter que se preocupar com seus filhos.

Apesar deste ser nosso primeiro intercâmbio, consideramos ter conseguido plantar a semente do conhecimento, mas como grupo de trabalho devemos ex-

plorar outras formas de propagar o conhecimento, por meio de, por exemplo, concurso de desenhos, peças de teatro com marionetes ou outro recurso educativo. Assim, podemos tornar mais amena a atividade e conseguir a participação dos mais novos, aqueles que em alguns momentos se mostraram algo tímidos, pois desconheciam o tema que estava sendo tratado.

Acreditamos que faltam ainda muitas coisas por fazer e que o desafio é grande, mas abrir um espaço para os mais novos dentro da feira é um passo importante. Conseguir que temas como esses sejam inseridos nas atividades extracurriculares do ensino formal pode ser um dos caminhos propícios para obter o amor às suas raízes e uma das formas de manter a população no campo. Ensinar as crianças a amar sua terra, seus campos e a natureza é a maneira mais nobre de mostrar-lhes o quanto elas são importantes para a realidade de hoje e de amanhã.

*Marta Álvarez Gil, Dagmara Plana Ramos, Carlos Moya López, Humberto Ríos Labrada e Francisco Dueñas Hurtado: Instituto Nacional de Ciências Agrícolas (Inca)
franko@inca.edu.cu

Referências:

RÍOS, H.; WRIGHT, J. *Primeros intentos para estimular los flujos de semillas en Cuba*. Boletín de ILEIA para la Agricultura Sostenible de Bajos Insumos Externos, vol. 15. n. 3-4. 2000.

SOLERI, D.; CLEVELAND, D.A.; SMITH, S.E. *Creando bases comunes en el mejoramiento colaborativo de los cultivos*. Boletín de ILEIA para la Agricultura Sostenible de Bajos Insumos Externos, vol. 15. n. 3-4. 2000.

A parcela agroflorestal das crianças em Madre de Dios

Jorge Arnaiz Perales e Martha Torres *

A população da bacia do rio Madre de Dios, distrito homônimo ao sudeste do Peru, na região amazônica, está constituída majoritariamente por imigrantes recém-chegados das zonas altas andinas de Cuzco, Puno e Apurímac, que foram para esse local atraídos pelo ouro que se encontrava nas margens do rio. O ouro proporcionou algumas fortunas para os primeiros exploradores, mas foi se esgotando rapidamente e, para a maioria dos imigrantes, sua extração não constituiu mais do que uma forma de sobrevivência. Em muitos casos esses colonos se dedicaram a outras atividades, como a extração de madeira e a caça, explorando intensivamente os recursos pela falta de conhecimento sobre como manejá-los. Nessas comunidades a agricultura tem sido sempre uma atividade de segundo plano, destinada ao auto-abastecimento de alguns produtos, como a mandioca (*Manihot esculenta*) ou as bananas (*Musa spp.*), e utilizando o sistema de roça e queima de parcelas, as quais são aproveitadas por curtos períodos.

O estabelecimento definitivo nessa região começou com a chegada dos primeiros colonos mineiros à localidade de San Juan Grande, nos anos 1960. Desde então, os habitantes viram decair progressivamente seu nível de vida, devido ao esgotamento dos recursos, tanto os minerais (ouro) quanto a madeira e as peles que obtinham do bosque, em razão, principalmente, do seu uso irracional. Nesse contexto, surge a necessidade de conhecer e manejar melhor os recursos disponíveis que permitam às comunidades se assentarem definitivamente e aspirarem por uma melhor qualidade de vida. Isso inclui manejar adequadamente o solo e aumentar a produtividade das terras que já sofreram intervenção ou que foram degradadas, como sítios abandonados, terrenos baldios e áreas afetadas pela extração do ouro.



Crianças colhendo hortaliças

A Floresta das Crianças

A comunidade de Boca Amigo, situada na confluência dos rios Madre de Dios e Los Amigos, é representativa pelo número de imigrantes dedicados tanto ao comércio quanto à mineração. Ali, a Associação pela Infância e seu Ambiente (Ania) vem realizando há três anos um projeto-piloto de educação ambiental, conhecido como BoNi, o *Bosque de los Niños* (a Floresta das Crianças). O BoNi consiste em um terreno que os adultos entregam às meninas e meninos para que estes o manajem e adquiram conhecimentos, habilidades e valores que promovam o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais. O projeto divide o trabalho em três componentes principais: um de socialização e saúde ambiental (que inclui uma área de recreação, um "curral" como lugar de reunião e a instalação de banheiros e silos), um componente de autogestão e um de recursos naturais, com o qual se pretende que as crianças e seus pais manajem os próprios recursos.

Com o componente de manejo de recursos naturais do BoNi, as crianças implementam uma parcela agroflorestal, sendo capacitadas com técnicas agroecológicas que as permitam maximizar a produtividade da terra e, junto com isso, fortalecer sua capacidade de ler e escrever, sua lógica matemática e seu senso crítico. A implementação da parcela também busca valorizar esse processo e criar uma fonte de alimentação mais

nutritiva. Tudo isso responde diretamente aos objetivos do projeto, que pretende validar essa experiência-piloto para assim promover sua aplicação em outras áreas da Amazônia, adaptando o BoNi a outros ecossistemas do país (e assim criar a praia das crianças, o vale das crianças ou o lago das crianças), e áreas urbanas e suas periferias.

Como se faz?

A parcela agroflorestal consiste em uma área cercada de aproximadamente 900m², que fica sob a responsabilidade de todas as crianças participantes. Dentro da mesma, existem parcelas individuais de 12m² destinadas a cada participante. Há também uma área comum que serve como viveiro, para a preparação de composto orgânico e depósito de materiais.

No manejo das parcelas, participam as crianças que cursam o ensino fundamental no colégio local e também os pais e irmãos mais novos, como uma forma de envolver toda a comunidade na educação. As crianças são incentivadas pelo professor (o sistema educativo é unidocente e reúne mais de uma série, por haver na comunidade somente 12 alunos entre 6 e 13 anos) e pelas coordenadoras do projeto a participarem de forma ativa nas tarefas das parcelas, seja organizando a irrigação, a retirada das ervas invasoras, a semeadura em viveiros e todas as demais atividades. Tanto as crianças quanto os pais estão organizados em comitês, o que facilita a coordenação dessas atividades, assim como a realização de conversas e ações de capacitação por especialistas no tema.

O que se promove?

Na parcela agroflorestal, as crianças são estimuladas a valorizar as plantas locais e a utilizar técnicas e insumos agroecológicos que as permitam cumprir com nossos objetivos. Ao mesmo tempo, são promovidos também os valores de solidariedade e do trabalho.

A valorização das espécies locais ou regionais se realiza por meio do plantio de árvores ou arbustos que irão proporcionar sombra, proteção e, em alguns casos, fertilização na parcela. As plantas mais usadas são biribá (*Rollinia mucosa*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), araçá-boi (*Eugenia stipitata*), caju (*Anacardium occidentale*), cubiu (*Solanum sessiliflorum*), “shimbillo” e “pacaie” (*Inga spp.*) – esses dois últimos como frutos e fertilizantes. Todas essas espécies estão ganhando importância na região e têm, em alguns casos, um bom potencial para a industrialização, tal como demonstram as experiências brasileiras com o cupuaçu ou o caju. Utiliza-se, também, no estrato arbóreo plantas exóticas, como o limão galego (*Citrus aurantifolia*) e a laranja (*Citrus sinensis*).

Como forma de incentivar o cuidado dessas espécies, cada criança tem em sua parcela pelo menos uma árvore plantada, que faz parte do programa “A árvore da minha vida”. Esse é um programa no qual se registra o “nascimento” da árvore em aula. Isso se dá através de um jogo e, com o tempo, passa a ser possível acompanhar o crescimento, o número de folhas, se dá frutos ou se apresenta alguma outra característica particular. Todas as espécies em suas parcelas são identificadas com placas.

Além das árvores, várias hortaliças são plantadas e os resultados, avaliados pelas mesmas crianças que, dessa forma, sabem quais sementes pedir aos coordenadores em uma próxima ocasião. Para essas plantações, as crianças aprendem diferentes técnicas agrícolas em cada fase do processo. Durante a preparação das mudas é feita uma mistura do solo da horta com areia do rio e terra do morro. Estas são recolhidas em carrinhos pelas crianças, que recebem um número igual de bolsas para plantio, junto com as sementes que elas pedem de acordo com seus resultados na safra anterior. Cada criança é responsável por regar as bolsas e cuidar delas até o momento do transplante.

Ao preparar o solo, para cada parcela é trazida terra rica em nutrientes proveniente do bosque. Nesse momento se explica às crianças sua importância, mostrando também que, quando houver composto orgânico suficiente, isso não será mais preciso. Coloca-se também cinza ou ninhos de cupins trazidos dos arredores para corrigir a acidez e introduzir minerais; são incorporadas ervas invasoras à mistura. Tudo isso é feito por cada criança em sua parcela e pelos coordenadores na área de amostragem. Finalmente, as crianças aprendem a fazer canteiros altos e a cobrir o solo com ervas invasoras dos arredores, sendo explicado o propósito de cada tarefa. Para isso há aulas especiais de capacitação, pois preferimos não interferir no horário escolar. Essas aulas são dadas por especialistas, que visitam pe-

Foto: autores



Folhas e frutos de cubiu (*Solanum sessiliflorum*)

riodicamente o local e pelos voluntários ou coordenadores, quando capacitados para isso. Os professores estimulam e orientam os alunos nesse processo, mesmo fora de seus horários habituais.

As crianças transplantam as mudas que necessitam e semeiam outras diretamente no campo. Elas mesmas se encarregam de arrancar as ervas invasoras e de regar suas plantas, seja separadamente ou em grupo, junto com os coordenadores que supervisionam todo o processo e incentivam a participação dos que estão descuidando de suas parcelas. Como fertilizante, está sendo usada a terra descansada proveniente dos “eco-silos” – pequenos depósitos domiciliares de composto orgânico, com capacidade de um metro cúbico, para coletar o lixo orgânico e transformá-lo em adubo a ser utilizado nas parcelas. Uma função importante desses eco-silos consiste em melhorar as condições de saúde nas habitações, já que permitem coletar os excrementos dos animais, o que é desperdiçado e o que fica nos pátios ou muito próximo às casas, lugar onde as crianças brincam. A esse composto orgânico se adiciona o esterco, recolhido pela comunidade na outra margem do rio, onde se encontram algumas vacas. As crianças aprendem como preparar biofertilizante utilizando esterco e o rúmen de vaca como ativador. Para este último, pensa-se em usar um insumo mais disponível, que poderia ser as vísceras de alguns peixes herbívoros da região.

Em relação ao manejo das pragas, ensina-se às crianças a diferenciar os insetos que são benéficos dos danosos, pois os benéficos realizam o controle natural das pragas que aparecem na parcela, basicamente compostas por lepidópteros e alguns afídeos. Apesar das plantas que poderiam ser usadas como biocidas serem abundantes na região, não se tem trabalhado com elas. Várias crianças que participam desse projeto têm hortas nos morros onde replicam essas experiências que, com o tempo e mais organização, poderiam converter-se em uma importante fonte de recursos para suas famílias e para a comunidade.

O que vem depois?

Com a parcela agroflorestal do BoNi, busca-se dar às crianças as bases de uma agricultura sustentável. Como parte do projeto, são promovidos o turismo social, a produção de peças artesanais e, entre outras atividades, a piscicultura. Mas para a Ania os objetivos vão muito mais longe. A Associação considera que uma sociedade sem valores e sentido de responsabilidade social e ambiental não será sustentável, e que é na infância que se desenvolvem esses valores e atitudes. As formas como os recursos naturais são utilizados e os valores que afloram no processo influenciam o desenvolvimento da criança e a sua relação com o ambiente. Para aquelas que vivem em zonas rurais, o maior impacto será pelas atividades produtivas que irão realizar; para os que vivem na áreas urbanas ou periferias, será pelos hábitos de consumo que irão adotar. Por isso, torna-se imprescindível que as crianças partici-

Até meados do ano 2004, mais de 280 hectares de terras foram entregues a aproximadamente 700 crianças em sete localidades de diferentes regiões do país. A forma com que isso vem sendo feito varia de acordo com as circunstâncias de cada comunidade

pem na conservação da natureza, compreendam que ela sustenta suas vidas e tomem decisões que as façam cuidarem dela.

Até meados do ano 2004, mais de 280 hectares de terras foram entregues a aproximadamente 700 crianças em sete localidades de diferentes regiões do país. A forma com que isso vem sendo feito varia de acordo com as circunstâncias de cada comunidade. O objetivo proposto é conseguir que, ao final desse ano, existam 500 hectares manejados com a participação de crianças na Amazônia e em outros ecossistemas do Peru. A visão da Ania é que as meninas, meninos e jovens do Peru, que representam 40% da população, participem do manejo sustentável de pelo menos 1% da superfície do território peruano. Dessa forma, a porcentagem de terras manejadas por crianças se converteria em um novo indicador de desenvolvimento sustentável para o país e para o mundo.

Foto: autores



Parcelas preparadas para o manejo

**Jorge Arnaiz Perales: colaborador do projeto BoNi
jorge_arnaiz@hotmail.com
Martha Torres Cabrera: coordenadora
do BoNi em Madre de Dios
mtorres@aniainternational.org*

Publicações



Educação no contexto do semi-árido brasileiro

KÜSTER, Ângela. MATTOS, Beatriz (orgs.). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. 214p.

Coletânea de artigos que abordam o contexto social e ambiental do semi-árido brasileiro. Apresenta relatos sobre

experiências práticas, cujo objetivo é questionar as políticas educacionais baseadas na idéia de que a pobreza e a escassez de recursos naturais são características inerentes à região. Propõem como alternativa a educação contextualizada, na qual questões socioambientais do nordeste brasileiro passam a integrar o currículo escolar, abrindo novas possibilidades para o desenvolvimento do semi-árido.



Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra

CALDART, Roseli Salete. Petrópolis: Vozes, 2000. 276p.

Apresenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo foco de sua ação como um movimento

educacional no campo que questiona as matrizes pedagógicas adotadas convencionalmente nas escolas rurais.

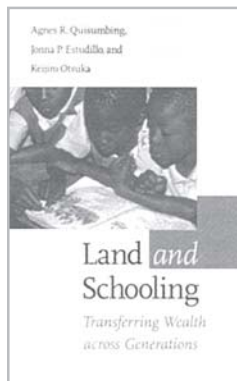


Education and sustainability: responding to global challenge

TILBURY, D.; STEVENSON, R. B.; FIEN, J.; SCHREUDER, D. Cambridge: IUCN Publications Services Unit, 2002. 202 p.

Apresenta experiências de adequação de programas educacionais aos desafios do desenvolvimento sustentável. Iniciativas de escolas e universidades, assim como projetos organizados por grupos comunitários, governos locais e nacionais, e por agências internacionais de desenvolvimento são descritas e comparadas entre si no que se refere aos impactos.

Os estudos de caso ressaltam a importância do relato de histórias como forma de transmissão do conhecimento local.

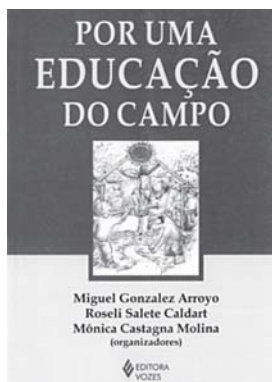


Land and schooling: transferring wealth across generations

QUISUMBING, A. R.; ESTUDILLO, J. P.; OTSUKA, K. Washington: IFPRI, 2004. 304 p.

Baseado em levantamentos feitos com famílias da Indonésia, Filipinas e Gana, explica como o tratamento diferenciado dado ao

homem e a mulher em relação à herança da terra, bem como ao investimento na aprendizagem, afetam individual e coletivamente a distribuição da renda e as despesas familiares. Explica como as diferenças familiares e educacionais podem ter influência na geração de renda para filhos e filhas. Com o intuito de diminuir a desigualdade entre os gêneros, propõe a adoção de tecnologias agrícolas mais produtivas e sustentáveis, e estimula a realização de programas para promover o acesso aos mercados agrícolas, fortalecer o papel do ensino escolar em áreas rurais e eliminar a discriminação contra a mulher.



Por uma educação do campo

GONGALEZ ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 214p.

Coletânea de textos que expõe a atuação limitada e insuficiente de atores sociais

como pedagogos, cientistas sociais e, sobretudo, do Estado, no tocante à educação no campo. Denuncia o precário atendimento escolar na área rural. O livro apresenta o movimento *Por Uma Educação do Campo* que, entre outros objetivos, pretende que a escola rural aponte um ideal de agricultura capaz de gerar postos de trabalho no campo, respeitando a natureza e que, inclua, de fato, agricultores, jovens e crianças rurais na sociedade. A escola do campo deve garantir não só o conhecimento à ciência e tecnologia socialmente acumuladas, mas também contribuir para a reafirmação dos valores culturais do campo.

*Todas as publicações estão disponíveis para consulta no Centro de Informação da AS-PTA.

Páginas na internet

www.escolabrasil.org.br



Organização não-governamental promotora do programa de rádio Escola Brasil, destinado à difusão da educação e ao fortalecimento da cidadania em comunidades rurais com pouco acesso a recursos educacionais. O programa é também veículo de denúncia das más condições de educação, contribuindo para a mobilização dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, funciona como incentivador de práticas democráticas para a solução de problemas locais.

www.iica.org.uy/redlat/index.html



A Rede Latino-americana de Jovens Rurais, RELAJUR, busca promover intercâmbios e integrar serviços de capacitação, organizações de jovens rurais, ONGs e técnicos do setor público que trabalham na área. Na página, é possível ter acesso a informações, assessoria à distância, capacitação e eventos virtuais. Conta com uma biblioteca virtual específica sobre juventude rural, organiza foros de discussão, cursos eletrônicos e concursos de projetos rurais juvenis. A página é disponível somente em espanhol.

www.iica.org.uy/redlat/indexrijur.html

A Rede de Investigadores em Juventude Rural, RIJUR, é uma entidade que incentiva o intercâmbio de ações catalisadoras do tema, fomenta investigações em novas temáticas derivadas das trocas que ocorrem em territórios rurais e propõe alternativas que possibilitem os jovens rurais da América Latina fazerem parte de um modelo de desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e sustentável. A RIJUR busca promover e facilitar o fortalecimento de vínculos de cooperação entre pesquisadores da juventude rural latino-americana; estimular o debate, formulação e incidência conjunta; desenvolver serviços de informação; organizar eventos; e difundir e publicar trabalhos de investigação em juventude rural na região. Somente disponível em espanhol.

www.infoyouth.org

O portal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – proporciona uma visão geral das políticas e programas mundiais dirigidos aos jovens. Arquitetada para ser uma rede com conexão a outras redes, busca facilitar o acesso à informação local, nacional e internacional. Apresenta o Diretório Latino-americano de Juventude com referência a organismos governamentais dos países da região, redes nacionais e internacionais e centros de formação, investigação e assistência. Pode ser consultada em inglês e francês.

www.fao.org/ruralyouth

Apresenta os programas da FAO voltados para a juventude rural. Aborda iniciativas governamentais e não-governamentais que enfocam a problemática das futuras gerações rurais. Inclui informações de oficinas regionais, galeria fotográfica, parcerias com outros programas e redes, publicações e informações gerais. Disponibiliza uma série de documentos e links sobre a temática. Pode ser consultado em inglês, francês e espanhol.

www.obj.org.br



A Organização Brasileira de Juventude tem por objetivo fomentar políticas para a juventude, por meio de programas sociais nas áreas de informação, formação, assessorias técnicas e parcerias. A página traz referências a outras ligadas ao tema e apresenta projetos de lei destinados à juventude. Além disso, dispõe de um banco de cadastro para organizações e um serviço de pesquisa no auxílio à formação de organizações juvenis.

www.abdl.org.br

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças é uma organização não-governamental destinada à promoção e à formação de lideranças em diversos setores da sociedade. A página contém artigos relacionados à juventude, ao protagonismo juvenil e às atividades empreendedoras focalizadas no social, além de links para outras entidades que trabalham com essa temática.

Marcha Nacional pela Reforma Agrária

Data: 22 de abril a 14 de maio

Informações: MST – (41) 324-7000 • www.mst.org.br

Mobilização nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, junto com a Via Campesina e outras forças sociais, para a realização de uma caminhada saindo de Goiânia rumo a Brasília. Pretende mostrar à sociedade que a reforma agrária ainda é o caminho mais rápido, menos custoso e mais justo para garantir trabalho, alimento, renda, escola e futuro digno para milhões de brasileiros e brasileiras que vivem na pobreza no meio rural.

Jornada de Agroecologia

Data: 25 a 28 de maio

Local: Cascavel, PR

Informações: Darci Frigo – frigo@terradedireitos.org.br • www.terradedireitos.org.br

A Jornada de Agroecologia é uma articulação de várias entidades ligadas aos trabalhadores do campo, cujo principal objetivo é a promoção da agricultura familiar ecológica. Serão debatidos temas como terra, água, sementes, ações governamentais.

Concurso Nacional de Sistematização de Experiências sobre Agroecologia e Agriculturas Alternativas

Data: até 30 de junho

Local de entrega dos trabalhos: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural /Concurso Nacional de Sistematização de Experiências sobre Agroecologia
Setor Bancário Norte, Quadra 1.

Edifício Palácio do Desenvolvimento - 6º andar, sala n.º 602 – CEP 70.057-900 Brasília - DF

Informações: www.pronaf.gov.br/noticias/03_18a.htm • dater.formacao@mda.gov.br

Telefones: (61) 426-9951 ou 426-9930

Promovido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o concurso tem por objetivo identificar o maior número possível de experiências que estejam adotando os princípios da agroecologia, assim como experiências em agricultura, pecuária, pesca artesanal e aqüicultura, de modo a constituir um acervo e um conjunto de referências para serem compartilhadas com todos os interessados nesses temas. Poderão participar organizações governamentais e não-governamentais que atuem em assistência técnica e extensão rural, ou desenvolvam outras ações vinculadas ao desenvolvimento rural. O resultado será divulgado no dia 15 de setembro.

Instruções para a elaboração dos artigos

- Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair delas ensinamentos que possam servir de inspiração para outros grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Solicita-se que os artigos não sejam elaborados em formato de relatório institucional.
- Os artigos devem ter uma extensão de 1, 2 ou 3 laudas de 2100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Artigos que extrapolem essas dimensões não serão analisados.
- Os artigos deverão vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos) com indicação dos seus autores (fotógrafo, artista gráfico, etc) e com as respectivas legendas. Todo material gráfico será devolvido aos autores(as) após a edição da Revista. Se o material gráfico for enviado em formato digital, solicitamos que os arquivos estejam com extensão JPEG de, no mínimo, 350 dpis para uma ilustração escaneada e uma dimensão lateral de no mínimo 15 cm.
- A citação de nomes comuns de plantas e/ou animais deve vir acompanhada do respectivo nome científico. Siglas devem vir acompanhadas de seu significado.
- Caso julgue necessário, o editor da revista poderá propor uma edição do artigo ou uma solicitação de informações complementares aos autores(as). Quaisquer alterações propostas serão submetidas à aprovação dos autores(as) antes da publicação.
- Os autores(as) deverão informar seu endereço (postal e/ou eletrônico) de forma a facilitar eventuais contatos diretos de leitores interessados em conhecer mais a respeito das experiências apresentadas.
- As citações bibliográficas não deverão exceder ao número de 4 (quatro).
- Os editores se reservam o direito de decidir pela publicação ou não do artigo enviado.
- Caso o(a) autor(a) solicite, *Agriculturas: Experiências em Agroecologia* poderá contribuir com o valor de R\$ 200,00 para a cobertura de eventuais custos de elaboração do artigo publicado.



Agriculturas

experiências em agroecologia

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulguem suas experiências nas revistas *Agriculturas: Experiências em Agroecologia* (edição brasileira da revista Leisa), na Leisa Latino-Americana (editada no Peru) e na Leisa Global (editada na Holanda). Veja nesta página as temáticas dos números que serão editados em 2005 e as respectivas datas-limite para o envio dos artigos para as três revistas. Na página anterior você encontra as instruções para a elaboração dos artigos.

Próximo Número (v. 2, nº 2)

Beneficiamento da produção e acesso a mercados

O acesso aos mercados tanto pode ser um fator de fortalecimento como de restrição dos processos de transição agroecológica. Tudo depende da forma como as famílias produtoras se organizam para valorizar economicamente sua produção e para explorar as oportunidades comerciais de que dispõem. Depende também da maior ou menor permeabilidade dos mercados a diferentes formas e níveis de inserção da produção familiar. Maiores dificuldades são encontradas nos mercados oligopolizados, estruturados, especializados, "opacos" e fisicamente distantes. Já aqueles mais abertos e expostos à concorrência, menos estruturados, mais localizados e transparentes são mais receptivos à produção diversificada inerente à lógica técnica e econômica da agricultura familiar e da agroecologia. O desenvolvimento de estratégias (individuais e coletivas) voltadas para a agregação de valor e para a boa colocação comercial da produção das unidades familiares figuram entre os maiores desafios enfrentados tanto pelas famílias de produtores ecológicos quanto por aquelas que ainda vivenciam o processo de conversão agroecológica em seus sistemas produtivos. Para fazer frente a esses desafios, um conjunto de experiências exitosas vem sendo desenvolvido no âmbito do movimento agroecológico. O próximo número da revista abordará sob essa perspectiva iniciativas voltadas para a agroindustrialização e comercialização da produção agroecológica.

Prazo para o envio dos artigos: 31 de maio de 2005
(somente para Revista *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*)

Chamada de artigos para o v. 2, nº 3

Tema: Economia da produção familiar agroecológica

Há claras evidências de que a rápida expansão da produção familiar de base agroecológica, no Brasil como em outros países, está fundamentalmente associada aos impactos econômicos positivos alcançados pelas famílias produtoras na sustentabilidade de seus sistemas produtivos. Faltam, no entanto, sistematizações e estudos que confirmem maior consistência a essas evidências, concorrendo simultaneamente para sensibilizar novos praticantes da agroecologia e para alavancar debates, propostas e medidas de fomento no âmbito das políticas públicas.

Os conceitos e instrumentos de análise da economia agrícola convencional - fundados no enfoque reducionista da relação monetária custo-benefício - têm sido incapazes de apreender e dar conta do caráter complexo e sistêmico das atividades e fluxos diversos que dinamizam as economias da produção familiar ecológica. Esses sistemas cumprem funções econômicas diferenciadas, onde as estratégias de otimização da renda se interconectam, dentre outras dimensões, com a diversidade produtiva, fluxos monetários e não-monetários de produção e consumo, complementaridades técnicas internas, formas de cooperação social geradoras de economias externas, serviços ambientais, traços culturais e conhecimentos, que são parte integrante de suas estratégias de reprodução econômica.

Este número da revista dedicado à "Economia da produção familiar agroecológica" publicará artigos que, a partir de experiências concretas, apresentem e discutam os impactos econômicos das práticas agroecológicas sobre sistemas familiares de produção e, ao mesmo tempo, proponham enfoques e instrumentos de análise econômica ajustados às características peculiares desses sistemas.

Os artigos poderão ter como foco experiências tomadas em seu conjunto ou aspectos relevantes das economias, como o manejo produtivo, as estratégias de geração de renda, a gestão dos recursos (organização do trabalho, gestão financeira etc.), a inserção das economias familiares nos processos de desenvolvimento local etc.

Datas limite para o envio dos artigos:
12 de agosto (Revista Latino-americana)
15 de agosto (Revista *Agriculturas*)

Chamada de artigos para o v. 2, nº 4

Tema: Pequena criação nos sistemas produtivos familiares

Pequenos animais integram os sistemas familiares de produção exercendo diferenciadas funções econômicas, ecológicas e sócio-culturais. De forma geral, essas funções são negligenciadas pelos programas convencionais de desenvolvimento rural. Quando é focado por esses programas, o pequeno criatório tende a ser abordado a partir de uma perspectiva técnico-econômica voltada para a maximização dos resultados produtivos, o que em geral implica na sua forte dependência de insumos externos aos agroecossistemas. Em programas de desenvolvimento da produção familiar orientados pelo enfoque agroecológico, a criação dos pequenos animais é dependente essencialmente da reciclagem interna de recursos do próprio agroecossistema. Os processos de inovação no subsistema da pequena criação têm sido efetivos estimuladores da participação pro-ativa de mulheres e jovens tanto no âmbito das famílias, quanto no das comunidades rurais envolvidas em dinâmicas sociais de experimentação agroecológica. Este número das revistas Leisa enfocará sob esse prisma iniciativas de famílias, grupos e organizações envolvidos com o manejo agroecológico da pequena criação.

Datas limite para envio dos artigos:
1º de junho (Revista Global); 31 de outubro (Revista *Agriculturas*); 4 de novembro (Revista Latino-americana)